

Assunto: Solenidade do TCE – Foto com presidente do TJPE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: João Alberto
Página: d3	Data: 11/05/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

RICARDO FERNANDES/DP/DA PRESS



Assunto: Desocupada a rua onde mora prefeito	
Veículo: Diario de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção:
Página: 1	Data: 10/05/2015

DIARIO de **PERNAMBUCO**

Ordem judicial

Desocupada a rua onde mora prefeito

Integrantes do Ocupe Estelita desocuparam ontem a Rua Neto Campelo, na Torre, de forma pacífica. Os manifestantes deixaram o local, onde estavam acampados desde 5ª feira à noite, por ordem da Justiça. LOCAL A10

Assunto: Desocupação sem resistência	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: local	Seção:
Página: a10	Data: 10/05/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Desocupação sem resistência

Movimento teve que
deixar a rua onde fica
o prédio do prefeito
Geraldo Julio por
ordem da Justiça.
Não houve resistência
dos manifestantes

LARISSA LINS/DP/D.A PRESS



MARCOS PASTICH/PCR



**Desocupação foi iniciada
às 10h e em duas horas a
rua estava liberada.
Ordem judicial foi
anunciada em coletiva de
imprensa na Prefeitura**

Na Prefeitura do Recife, o dia de ontem começou com coletiva de imprensa relacionada ao Movimento Ocupe Estelita, por volta das 8h da manhã. O encontro entre jornalistas e autoridades ocorreu no gabinete do secretário de Assuntos Jurídicos da prefeitura, Ricardo Correia, que se pronunciou em nome do Executivo local. Correia tornou pública a notícia de que a justiça estadual havia expedido, na noite de sexta-feira, mandado de desocupação da Rua Neto Campelo, no bairro da Torre, onde reside o prefeito Geraldo Julio. "A pedido do prefeito, porém, a ordem será cumprida somente esta manhã (ontem), para que tudo seja feito às claras", informou. O local estava ocupado desde a última quinta-feira à noite, quando manifestantes do Movimento Ocupe Estelita armaram barracas em frente ao prédio de Geraldo Julio.

A ordem foi levada até os ocupantes por volta das 10h, através do oficial de justiça Leonardo Figueiredo, acompanhado de um representante do Ministério Público estadual e de um conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Dalônio Carvalho Filho. "Nossa presença tem por objetivo evitar excessos de ambas as partes", explicou o conselheiro Dalônio. Em conversa restrita entre os ocupantes e o oficial

de justiça, ficou acordado que os manifestantes deixariam o local voluntariamente até o meio-dia.

Somente moradores da vizinhança acompanharam a liberação da rua, interdita por policiais militares do 13º Batalhão, responsável pelo Bairro da Torre e imediações. Dez viaturas do Grupo de Apoio Tático Itinerante (GATT) foram acionadas e o Batalhão de Choque ficou de

sobreaviso, para intervir em caso de resistência. A desocupação, porém, foi pacífica.

Apenas dois jovens entraram em confronto físico, sendo um deles integrante do Movimento Ocupe Estelita e o outro identificado como Renan Alves da Silva Oliveira. Este último foi detido e encaminhado à Central de Flagrantes, para prestar depoimento, sob acusação de resistência.

Estimados pela PM em 70

pessoas, os ocupantes - que contabilizavam cerca de 200 participantes - saíram em caminhada por ruas da Torre. Concentrados, por volta das 12h30, ao lado do Mercado da Madalena, decidiram dispersar o movimento e se reencontrar hoje, às 16h, no Cais José Estelita onde será realizado um aulão sobre paisagem cultural e, em seguida, terá o Som na Rural e apresentação de Otto.

Assunto: Cem dias com mais barulho na Assembleia	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: b6	Data: 10/05/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Cem dias com mais barulho na Assembleia

BLENDA SOUTO MAIOR/DP/D.A PRESS



Pela primeira vez desde 2007, governo socialista enfrenta em Pernambuco uma oposição mais atuante

1 A eleição da mesa diretora foi o primeiro imbróglio que a nova legislatura precisou enfrentar. Amparado por um parecer da Procuradoria da Casa, o presidente Guilherme Uchoa pôde concorrer ao quinto mandato. Alguns deputados questionavam a constitucionalidade com base em emenda de 2011. Rodrigo Novaes (PSD) e Edilson Silva (PSol) concorreram, mas Uchoa acabou vencendo com 38 dos 49 votos.

2 Apesar do parecer favorável da Procuradoria da Alepe, que possibilitou a reeleição de Uchoa, a OAB questionou a sua constitucionalidade, elaborando ação civil pública que foi acatada por uma juíza em decisão liminar. Em seguida, o caso foi analisado pelo próprio presidente do TJPE, Frederico Neves, derrubando a liminar. A OAB recorreu, uma Corte Especial negou o recurso e a OAB estuda levar o caso ao STF.

Assunto: As greves: inconvenientes e implicações	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Opinião	Seção:
Página: b9	Data: 10/05/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

As greves: inconvenientes e implicações

JOSE NAPOLEAO T. DE OLIVEIRA
EX-PRESIDENTE DO TJPE
napoleaot@uol.com.br

O meio de tentar coagir o Poder Público a satisfazer pleitos de servidores utilizando-se a paralisação coletiva é como têm agido os órgãos representativos das classes interessadas, mas com indistigável conteúdo unilateral, egoístico, porquanto não medem as consequências para quem necessita de normalidade para cuidar dos seus negócios que envolvem atividades profissionais, do aproveitamento escolar dos seus filhos, este quando a greve é patrocinada pelos proclamados "profissionais da educação", ou seja, por quem deve ensinar até pelo exemplo vocacional que deveria presumir-se, e por essa postura pessoal que é da essência da formação docente.

Ladear-se o argumento de que não haveria outro meio para conseguir o intento é esquecer-se, sem justificativa, do socorro à via judicial para a obtenção do mesmo objetivo que a greve poderá ensejar, mas com a enorme diferença de que, neste caso, não haveria os transtornos causados pela mobilização dos insatisfeitos, tampouco os prejuízos impostos aos terceiros que não interferiram nos moti-

vos que levam os sindicatos ao extremo da paralisação de serviços, incluídos os essenciais.

A deliberação dos órgãos classistas implica na velha rotina: a greve, o pedido do Poder Executivo ao Poder Judiciário para apreciar a legalidade do movimento paredista cuja ilegalidade nem os grevistas ignoram; a consequente decisão de que o movimento é de fato ilegal; a determinação da volta ao trabalho e a cominação de multa diária para o caso da quebra do preceito (a continuação da greve após a declaração da ilegalidade); mas a mobilização continua porque os sindicatos não respeitam a decisão, não temem a pena pecuniária posto que avaliassem antecipadamente o destino do valor da multa no futuro acordo para selar o fim do movimento reivindicatório. Os terceiros, igualmente, prosseguem amargando os efeitos da ilegalidade, sem palavras para a ousadia dos grevistas ante o que proclamou Poder Judiciário. Para fechar o círculo da cansativa rotina, lá uma hora as partes - o sindicato com apoio de ruidosa assembleia e o Poder Executivo - deliberam um acordo extrajudicial que põe fim à paralisação, realçando no ajuste o item da dispensa do valor da multa diária multiplicado pelos dias que os estudantes de todas

as idades passaram sem aulas; lógico que esse acordo deveria ser perante o órgão jurisdicional invocado, nos autos do processo em curso.

Ora, veja-se bem: o Poder Judiciário foi acionado, prestou os serviços da jurisdição ao declarar a ilegalidade do que estava sendo tão danoso à sociedade, ditou os meios para prevenir a possível transgressão, mas, no final, pela sua não participação no acordo que põe termo ao movimento revela-se a nítida impressão de que é ele o vilão da história, que só interessou o seu poder de coerção como massa de manobra, definida, assim, uma evidente deslealdade processual; e que foi acionado para assistir a uma barganha entre os descontentes com a negativa de alegados direitos e o Poder Executivo, o indicado descumpridor da lei.

A partir do dia em que o representante do Poder Executivo, dotado de mínima jurídica sensibilidade, entender de corrigir a deslealdade processual e, ou não subscrever acordo a menos que ele se processasse judicialmente; e discordar de relevar a multa, aí sim, com o exemplo e o peso da execução nas finanças do sindicato de acordo com o que fora judicialmente determinado, os grevistas pensarão duas vezes ao tentar substituir-se ao terceiro poder da República como até agora têm conseguido valendo-se da desobediência civil.

Com essas providências, restará ao Poder Judiciário o que lhe compete, segundo a outorga da Constituição Federal: dizer o Direito e fazer cumprir o teor de suas decisões, autonomamente, soberanamente.

Assunto: Emitida nova ordem de prisão	
Veículo: Diario de Pernambuco	
Editoria: local	Seção:
Página: a5	Data: 09/05/2015

DIARIO de **PERNAMBUCO**

Emitida nova ordem de prisão

Justiça determinou
que bolsista seja
presa pelo não
pagamento de
pensão alimentícia
cobrada pelo seu
ex-marido

Uma estudante bolsista do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea do campus da UFPE em Caruaru teve a segunda ordem de prisão decretada por não pagamento de pensão alimentícia, por cobrança de um promotor de Justiça. A decisão é da juíza Raquel Toledo Fernandes Raposo, da 2ª Vara de Família e Registro Civil do município, no Agreste, a 130 quilômetros do Recife, que já havia decretado prisão no ano passado, suspensa pelo juiz José Arnaldo Vasconcelos, da 1ª Vara. Isso, em um de oito processos judiciais que envolvem um casal separado desde 2007 em meio à queixa de violência doméstica, mãe e pai de um casal de filhos - um jovem de 18 anos e uma adolescente de 14 - e que ruma para uma denúncia formal no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília.

O Diário omite os nomes do casal separado para preservar a filha adolescente. Ontem à noite a estudante disse ter tomado conhecimento da ordem de prisão por acaso, na quarta-feira, quando compareceu à 2ª Vara para atualizar um dos processos. Mas se mantém calma porque, segundo explicou seu advogado, Torquato Castro Júnior, somente após o valor cobrado - R\$ 12,7 mil - ser atualizado correrá um prazo de três dias para que ocorra o pagamento. Ambos vão entrar com agravo, e, caso não se consiga revogar a ordem de prisão, tentarão propor quitação com os R\$ 9,7 mil arrecadados numa campanha junto a movimentos sociais para evitar sua prisão.

Privada de ver os filhos desde o final de 2013, a bolsista da UFPE questiona a fixação do valor da pensão. "Não fui ouvida", protesta, afirmando que a fixação do valor foi feita numa realidade inexistente à época. Bacharel em Direito, argumenta que pensões são definidas levando em conta a necessidade de quem pede e a possibilidade de quem deve, além da razoabilidade da cobrança, no caso para um promotor de Justiça. Se referindo aos processos, que inclui até o imóvel no qual reside, garante: "Tudo veio de um vício". Mas se mantém confiante no resgate do relacionamento com os filhos. "Tenho certeza que sim", assegura.

Assunto: Aniversário de desembargador do TJPE	
Veículo: Diario de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: João Alberto
Página: c2	Data: 09/05/2015

DIARIO de PERNAMBUCO

aniversariantes

Alberto Nogueira Virgínio, Artur Peixoto, Carlos Antônio Chaves, Christina Lins de Oliveira, Duda Martins, Elizabeth Notare Costa, Eduardo Loyo Malta, Fábio Della Santa, Hélio Naslavsky, Jorge Côte Real, José Neves Filho, Marília Medeiros, Mônica Pereira, Paula Dubeux Bacelar, Rafael Garcia, Rosa Maria Cordeiro, Sarita Tabatchnick e Sebastião Figueirôa

Assunto: Ocupe Estelita – Decisão judicial da 4ª Vara da Fazenda Pública	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa Dois	Seção:
Página: 6	Data: 10/05/2015

jornal do  commercio

Acampados saem da rua do prefeito

DECISÃO JUDICIAL Integrantes do Ocupe Estelita deixaram o jardim do prédio do prefeito Geraldo Júlio. Hoje um evento marca os protestos, na praça em frente ao Cais



Fotos: Ricardo B. Labastier/JC Imagem



SEM CONFRONTOS Os manifestantes desmontaram o acampamento e saíram em caminhada até se dispersar

Os integrantes do Movimento Ocupe Estelita deixaram ontem a frente da casa do prefeito do Recife, Geraldo Julio, após mandado de desocupação expedido pela Justiça. O grupo acampava no gramado externo do Edifício Laura Caúla, no Bairro da Torre, Zona Oeste do Recife, desde a noite da última quinta-feira. A ordem foi assinada pelo juiz Djalma Andreolino Nogueira Júnior, da quarta Vara da Fazenda de Pernambuco. A ação de retirada ocorreu de forma pacífica. Hoje, um evento marca os protestos do Movimento Ocupe Estelita, com o Som na Rural e show do cantor Otto, na praça em frente ao Cais José Estelita.

Uma coletiva de imprensa foi convocada um pouco antes, na prefeitura, para anunciar a ação. Embora estivesse na sede da PCR, o prefeito Geraldo Julio não participou da entrevista. Foi o secretário de Assuntos Jurídicos Ricardo Correia quem atendeu os jornalistas. Dez viaturas do Grupo de Apoio Tático Itinerante (GATI), da Polícia Militar, acompanharam a ação. No entanto, a saída dos ativistas aconteceu sem incidentes.

“Tudo aconteceu de maneira franca, tranquila e sem nenhum desentendimento”, disse o oficial de justiça, Leonardo Figueiredo, que entregou o mandado aos integrantes do Ocupe Estelita por volta das 10h30. Nesse momento, a rua foi interditada pela PM para impedir a entrada de qualquer pessoa que não fosse morador. O grupo de ativistas teve 1h30 para desocupar o espaço.

Eles desarmaram as barracas e limparam o gramado onde estavam acampados. Alguns moradores do Edifício Laura Caúla arremessaram ovos, banana e sachês de catchup contra eles.

Segundo Ernesto de Carvalho, um dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita, mesmo com a desocupação, o grupo cumpriu sua missão na-

ninguém, nem bloqueando a pista. A gente está denunciando a incapacidade do prefeito Geraldo Julio de dialogar com a sociedade sobre o Projeto Novo Recife. O prefeito, em vez de vir conversar, mandou a polícia”, afirmou Ernesto. Os ativistas querem que o prefeito do Recife reabra os debates sobre o plano urbanístico para a área.

Durante o processo de desocupação da área em frente ao prédio houve apenas um conflito. Um rapaz que passava pela rua insultou um dos integrantes do Movimento. Em seguida, o ativista jogou um copo de plástico no rosto do outro, que revidou com um soco. O transeunte reagiu à ação da polícia para apartar a briga e foi levado para a Central de Flagrantes.

Ao meio-dia, os ativistas saíram da Rua Neto Campelo em caminhada pelo bairro da Torre. Eles encerram o ato na praça ao lado do Mercado da Madalena.

quela rua. “Esse movimento vem se fortalecendo há anos. Ativamente ocupando a cidade e apontando as ilegalidades do Projeto Novo Recife”, disse ele. O grupo é contra a construção de 12 prédios, área comercial, hotéis, restaurantes, bares e estacionamentos na área do Cais José Estelita, no Centro do Recife. “Não estamos impedindo o ir e vir de

VIZINHANÇA

Na tarde da sexta, a síndica do Laura Caúla, Hildete Tenório, conversou com representantes do Movimento e entregou uma carta elaborada pelos condôminos, na qual reclamavam do constrangimento que viviam e do barulho feito pelos ativistas, além de pedir que o grupo saísse do local. Em seguida, uma faixa com a frase “Respeitem nossas famílias” foi afixada no prédio. Os manifestantes, no entanto, afirmam que alguns moradores do edifício até apoiaram a ocupação. Eles chegaram a dar comida, água e colchonete aos ativistas.

Assunto: Decisão inédita...E mais veloz	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção: pinga-fogo/Giovanni Sandes
Página: 4	Data: 09/05/2015

jornal do commercio

Decisão inédita...

O advogado Romero Lima assinou a ação que evitou a aposentadoria compulsória do desembargador Nivaldo Mulatinho em seu aniversário de 70 anos, ontem. A liminar é inédita, primeira do País a se basear na PEC da Bengala.

e mais que veloz

Um colega julgou o outro. A ação entrou no TJPE às 13:02, depois passou por dois magistrados que se disseram impedidos de julgar o caso e chegou às 15:12 a Bartolomeu Bueno. Às 17:05 saiu a liminar inédita. Em uma tarde só.

Assunto: Na disputa	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção: Persona/Roberta Jungmann
Página:	Data: 10/05/2015



NA DISPUTA

Com a PEC da Bengala aprovada e a quase certeza de que será estendida aos tribunais estaduais, o desembargador Eduardo Paurá não se aposentará ano que vem e tem tudo para disputar a presidência do TJPE. Já começou o zunzum nos corredores do tribunal.

Assunto: Entrega de Medalha no TCE para presidente do TJPE	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção: Persona/Roberta Jungmann
Página: 2	Data: 09/05/2015



Bruno Campos



O conselheiro do TCE **João Campos** junto dos agraciados com a Medalha Nilo Coelho, o ex-governador **Gustavo Krause** e o presidente do Tribunal de Justiça, **Frederico Neves**

Assunto: Entrega de Medalha no TCE para corregedor-geral da Justiça de PE	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção: Persona/Roberta Jungmann
Página: 2	Data: 09/05/2015



Bruno Campos



O desembargador-corregedor **Eduardo Paurá**, que recebeu a medalha, com a mulher, **Lilian**, e os filhos **Raquel**, **Ana Paula** e **Eduardo Paurá**, em clique no Tribunal de Contas do Estado

Assunto: Moradores pedem à Justiça retirada dos ocupantes	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção:
Página: 1	Data: 09/05/2015



> Estelita

Moradores pedem à Justiça retirada dos ocupantes

Cotidiano > Página 2

Assunto: Prédio aciona Justiça para retirar ocupantes	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 2	Data: 09/05/2015



Síndica havia solicitado silêncio durante o dia

Prédio aciona Justiça para retirar ocupantes

■ MOVIMENTO

Estelita está acampado em frente ao edifício do prefeito Geraldo Julio desde a quinta-feira

Folha resume

Os moradores do edifício Laura Caúla acionaram a Justiça para a retirada dos integrantes do movimento Ocupe Estelita. Um estabelecimento comercial em frente ao prédio foi depredado e o proprietário prestou queixa na polícia. Três jovens participaram do ato, mas ainda não foram identificados.



À NOITE, moradores estenderam faixa pedindo respeito

Os moradores do edifício Laura Caúla acionaram a Justiça para a retirada dos manifestantes do movimento Ocupe Estelita, que estão acampados desde a noite da quinta-feira em frente ao prédio na rua Neto Campelo, onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio. Segundo a assessoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a resposta à solicitação, realizada na manhã de ontem, só deverá ser dada na segunda-feira.

A síndica do edifício, Hildete Santana, entregou uma carta pedindo a retirada espontânea dos manifestantes. Segundo ela, a conversa com os integrantes do movimento foi pacífica. E o pedido de silêncio foi acatado após a entrega da carta. “Estavam gritando. Pedi que evitassem o barulho e respeitassem e estamos sendo atendidos”, revelou ontem à noite. “Temos muitos casais com crianças pequenas e pacientes doentes. O morador do primeiro andar é atendido em home care. Não tem sentido eles ficarem aqui”, concluiu.

Pela manhã, o proprietário de um estabelecimento comercial que fica em frente ao prédio prestou queixa na delegacia do Cordeiro contra depredação no seu comércio. De acordo com o delegado João Gustavo, três câmeras que fazem segurança do local foram quebradas. “As imagens apontam três jovens, sendo dois homens e uma mulher que sobem no muro e puxam as câmeras. Foi instaurado um inquérito por dano qualificado”, disse. Os autores ainda deverão ser identificados. O horário registrado nas imagens apontou que a ação aconteceu no início da manhã, por volta das 5h40.

Ao longo do dia, os manifestantes improvisaram banheiros com papelão, cozinha com toldo e chuveiro. Também levaram piscinas de plástico e usaram roupas de banho. Nas redes sociais, algumas pessoas afirmaram que aulas dos departamentos de Sociologia e Cinema da UFPE aconteceram na área. Algumas pessoas distribuíram alimentos e água para o grupo. As faixas do movimento foram mantidas, mas sem fechar a rua, como ocorreu na noite da quinta-feira.

À noite, os moradores estenderam uma faixa que dizia "Respeitem nossas famílias". O prédio tem 74 apartamentos. No momento em que a faixa foi exposta, os manifestantes reagiram com gritos, vaias e batucadas. "Estamos pedindo paz e respeito. É um pedido dos moradores do edifício para que nossas famílias sejam respeitadas", afirmou a advogada e moradora do prédio, Patrícia Cerqueira, de 40 anos.

Uma assembleia entre os manifestantes, que não haviam sido notificados da ação judicial, se iniciou às 21h. A ideia era evitar ruídos após 22h. Até o fechamento desta edição, às 23h, o movimento ainda estava reunido e as barracas montadas ao longo da calçada do prédio.

O secretário de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, Antônio Alexandre, afirmou que o prefeito Geraldo

Julio, alvo dos manifestantes por causa do projeto Novo Recife, está aberto ao diálogo. O Projeto de Lei com o plano urbanístico para aquela região,

onde o Novo Recife deverá construir 13 torres, foi aprovado na Câmara e sancionado pelo prefeito na segunda-feira passada.

Julio Falcão/Da Redação



ATÉ ÀS 23H, grupo permanecia acampado no local

Direitos Urbanos/Reprodução



PÁGINA do Direitos Urbanos mostrou banho de piscina

Assunto: TJ determina que Ocupe Estelita libere rua onde mora prefeito do Recife	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



TJ determina que Ocupe Estelita libere rua onde mora prefeito do Recife

Juiz Djalma Nogueira Júnior atende a pedido da Prefeitura da cidade. Após negociação, manifestantes têm até meio-dia para desmontar barracas.



O juiz Djalma Andreino Nogueira Júnior determinou a desocupação da Rua Neto Campelo, onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, e que está servindo de acampamento para integrantes do movimento Ocupe Estelita desde a noite de quinta-feira (07). Os ativistas são contrários ao Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga, que autoriza a construção do Projeto Novo Recife.

Segundo assessoria de imprensa da Prefeitura do Recife, o prefeito Geraldo Julio solicitou ao procurador-geral de Justiça de Pernambuco, Carlos Guerra, e ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no estado, Pedro Henrique Reynaldo Alves, que enviassem representantes para acompanhar os oficiais que entregaram a ordem judicial. O grupo chegou ao acampamento na manhã deste sábado (09), por volta das 10h, e ficou acertado que os manifestantes têm até meio-dia para desocupar o espaço.

O engenheiro Fernando Bessa esteve na ocupação, nesta manhã, para demonstrar seu apoio. "Acompanho o movimento e apóio. Não sou vagabundo nem maconheiro. Estão querendo colocar esse rótulo no pessoal e vim aqui para ver", comentou.

Houve alguns momentos de tensão, quando moradores do prédio atiraram sachês de catchup nos manifestantes, ao que os ativistas revidaram gritando. Ao longo do desmonte do acampamento também houve mais gritos de ambas as partes e troca de insultos.



Houve alguns momentos de tensão, como quando moradores atiraram sachês de catchup sobre o acampamento (Foto: Wagner Sarmiento / TV Globo)

OAB, PM e MP acompanham

O acampamento na rua onde fica o prédio em que mora o prefeito Geraldo Julio começou na noite de quinta-feira, após o segundo ato público realizado desde a aprovação do plano específico pela Câmara Municipal do Recife. Convocados por integrantes do movimento Ocupe Estelita e do grupo Direitos Urbanos, os atos públicos aconteceram na quinta -- uma caminhada da Praça do Derby até a Rua Neto Campelo -- e na terça-feira (05), quando os ativistas saíram em passeata do Parque Treze de Maio até o Shopping Riomar.

"O titular do direito é a Prefeitura do Recife, que impetrou uma ação e conseguiu uma ordem judicial liminar para desocupação do espaço público das calçadas e todos os entornos. Estamos aqui na qualidade de observador e também, se for necessário, para dialogar com o movimento", explicou Dalônio Carvalho, conselheiro estadual da OAB.

A Polícia Militar também está no local, com 15 viaturas e 50 policiais. "Esperamos que o movimento Ocupe Estelita e o Direitos Urbanos cumpram a ordem da Justiça de melhor maneira possível, de forma pacífica", disse o tenente coronel Carlos José, comandante do 13º Batalhão.

A avaliação dos ativistas é positiva. "A ocupação foi muito bem sucedida, esse é o terceiro dia e a população apoiou, trouxe mantimentos. O prefeito se recusa a aparecer

para ter um diálogo com o movimento, com a sociedade. Ao invés de aparecer, ele manda a polícia. A gente vai sair, temos até meio-dia para sair, e estamos recolhendo o material", comentou Ernesto de Carvalho, integrante do Ocupe Estelita.

Teor da decisão



Oficiais de Justiça chegaram ao acampamento acompanhados pela Polícia Militar (Foto: Wagner Sarmento / TV Globo)

"Com efeito, a Rua Neto Campelo e demais ruas e calçadas de seu entorno, por serem espaços utilizados para a circulação e lazer das pessoas em geral, são consideradas juridicamente como bens públicos e, como tal, qualquer ocupação delas está sujeita a licença ou autorização por parte da Administração Pública", diz o juiz em sua decisão.

A decisão liminar foi concedida na noite de sexta-feira (08). "Antecipo os efeitos da tutela requerida na inicial para determinar a imediata desocupação da Rua Neto Campelo, seu entorno

e passeios públicos, no bairro da Torre, nesta cidade do Recife, incluindo todas as calçadas e faixa de rolamento. Autorizo o cumprimento imediato desta decisão, independente do horário e dia, seja sábado, domingo ou feriado, quando apresentado o mandado do seu cumprimento", afirma o juiz Djalma Andreino Nogueira Júnior.



Manifestantes têm até meio-dia para desmontar acampamento (Foto: Wagner Sarmento / TV Globo)

Entenda o caso

O projeto imobiliário Novo Recife, na área do Cais José Estelita, é alvo de polêmica desde que veio a público, em 2012. Ele prevê a construção de torres empresariais e residenciais. No mesmo ano, ativistas recifenses promoveram a primeira edição do

Ocupe Estelita, inspirados pelo movimento "Occupy Wall Street". A ideia era realizar atividades culturais na área do Cais, para que a população conhecesse esse terreno tão estrategicamente localizado, mas abandonado há muito tempo. Desde então, o local foi palco de shows, aulas públicas e atividades de lazer, além de diversas manifestações e conflitos.

Cinco ações tramitam questionando o projeto imobiliário Novo Recife: uma ação civil pública do Ministério Público estadual, uma do Ministério Público federal e três ações populares. As ações populares pedem a nulidade do ato administrativo do então Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), que aprovou a proposta imobiliária, no fim de 2012.

O Novo Recife afirma que o projeto foi muito estudado, respeita os parâmetros legais do estado, do município, e cumpre a lei. Durante o processo de negociação iniciado no primeiro semestre de 2014, o grupo de construtoras disse estar de acordo em fazer um redesenho do projeto. Segundo eles, o desenho da obra imobiliária prevista para o Cais foi concebido a partir de informações coletadas desde 1970 e foi elaborado por três arquitetos.



Moradores do prédio colocaram faixa manifestando insatisfação com acampamento (Foto: Mônica Silveira / TV Globo)

Depois de uma tentativa de demolição dos armazéns existentes no terreno, em maio do mesmo ano, que teve seu alvará posteriormente suspenso pela Justiça, o debate sobre o tema voltou a se intensificar. No começo do segundo semestre do ano passado, a Prefeitura do Recife abriu um prazo para receber sugestões para as diretrizes que guiarão o redesenho do projeto imobiliário. As alterações foram apresentadas pelo consórcio construtor em novembro. De posse de toda essa documentação, a PCR elaborou o projeto de lei, após ser aprovado no Conselho da Cidade, agora aprovado pela Câmara Municipal.

Em março de 2015, a área operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas foi incluída na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro. A decisão foi do Iphan.

O pátio ferroviário fica no terreno do Cais José Estelita, vizinho ao local previsto para o projeto Novo Recife. Também em março, os integrantes do Movimento Ocupe Estelita e Direitos Urbanos entregaram uma petição para tombamento do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas e do Cais José Estelita ao Iphan. O documento foi recebido pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, e será analisado.

**Assunto: Mães com filhos trocados em hospital decidem ficar com os 'de coração'
- juiz da Vara da Fazenda Pública de Garanhuns**

Veículo: G1 Pernambuco

Data: 11/05/2015

Editoria:

Seção:

G1

CARUARU E REGIÃO



Mães com filhos trocados em hospital decidem ficar com os 'de coração'

'O que importa é o amor, não importa se é de sangue', diz uma das mulheres. Eles nasceram em Garanhuns e famílias esperam indenização de R\$ 300 mil.



Bebês foram trocados na maternidade de um hospital de referência regional (Foto: Paula Cavalcante/ G1)

Quando assistia pela televisão a histórias de bebês trocados na maternidade, a agricultora Maria do Carmo Ferreira dos Santos imaginava que, caso isso acontecesse com ela, iria procurar o biológico e querer ficar com ele. Mesmo avaliando assim, jamais percebeu que um dos quatro filhos não era o que havia dado à luz, em 1998, no Hospital Regional Dom Moura, em Garanhuns, Agreste pernambucano. Ela descobriu a situação há mais de dez anos, mas, não por acaso.

Em outra parte da cidade, a comerciante Josenalda Oliveira Bernardo, de 44 anos, chegou à conclusão de que o mais novo dos três filhos não era o mesmo que tinha carregado no ventre. Ele fez um exame e a mãe descobriu que o tipo sanguíneo era diferente dos demais. Então, ela decidiu fazer um teste de DNA e confirmou que o menino foi gerado por outra mãe.

Com a nova informação, a angústia e o instinto materno fizeram as buscas começarem. Josenalda saiu de porta em porta procurando a outra família até descobrir que eles também moravam em Garanhuns. Devido à descoberta, as duas mães passaram por momentos de depressão e pela sensação de injustiça. Porém, decidiram continuar com as crianças que estavam. “A partir do momento que você sai do hospital, você já está apaixonado pela criancinha. Eu já saí apaixonada por ele”, lembra a comerciante.

Os meninos estão com 16 anos e Josenalda relata que as duas mães trocam experiências sobre eles. “A gente escolheu o melhor jeito de viver. Primeiro veio o sofrimento, depois veio o amor dobrado”. Desta forma, já não fazia mais sentido o que Maria do Carmo imaginava, ao ver pela TV os casos de trocas de bebês. “Não é bem assim. O amor de mãe fala mais alto. O amor do dia a dia. Eu criei ele desde o momento que nasceu, amamenteei, cuidei, amei. Aí, existe aquele vínculo realmente de mãe e filho. Mesmo não sendo o meu filho de sangue, ele é meu filho de coração”, afirma Maria do Carmo, atualmente com 53 anos.

Para Lucas Ferreira, filho biológico de Josenalda, e para José Ronaldo Bernardo, de Maria do Carmo, ter duas mães assim ainda é um pouco complicado. O primeiro já ouviu comentários maldosos e reforça o ensinamento da mãe de criação: "Ela disse 'Nem ligue. Você é meu filho e pronto!'" É com orientações como esta que eles conseguem superar, ao lado das mães de criação e das "madrinhas" - como são chamadas as biológicas. "Mãe é mãe e não pode deixar de ser", diz José Ronaldo.



Mães biológicas são chamadas de 'madrinha' pelos meninos (Foto: Paula Cavalcante/ G1)

Exemplo da família

A mãe da agricultora Maria do Carmo tem 96 anos e acolheu cinco filhos de criação. Ela ressalta que eles, biológicos ou não, devem ser tratados com igualdade. “Nunca me arrependi de ter criado meus filhos. Só em ser filho assim, [nos] considera mais. Meus

filhos são iguais. Não gosto de quem pega o filho dos outros e vai ‘judiar’”, conta a aposentada Paulina Maria da Conceição.



'Nunca me arrependi', diz aposentada que acolheu 5 filhos de criação (Foto: Paula Cavalcante/ G1)

O auxiliar de depósito Aginaldo Gouveia dos Santos, 29 anos, é um dos filhos que Paulina recebeu. Para ele, o fato de não ter crescido com a mãe biológica não diminui o amor que sente pela aposentada. “Minha mãe me deu muito amor, muito carinho, muita educação. Eu creio que mãe não é só aquela que gera, mas aquela que cria. E minha mãe é um exemplo disso. Por isso que estou aqui. Amo muito ela”. Àqueles que vivem situação parecida, Aginaldo deixa um recado. “Que todos amem a sua mãe. Independente de ser ou não filho, mas é a mãe”.

A história da mãe inspirou Maria do Carmo. “Eu aprendi que o amor vem junto. Quando se fala ‘filho de criação’, as pessoas acham que existe uma diferença. Mas não existe. O que importa é o amor. Não importa se é de sangue. É amor. Porque o filho adotivo é filho. Ele não deixa de ser seu filho”, detalha.

Indenização

O governo de Pernambuco foi condenado a pagar R\$ 300 mil pela troca dos bebês. Cada família deverá receber R\$ 150 mil. De acordo com o juiz da Vara da Fazenda Pública de Garanhuns, Glacidelson Antônio da Silva, o estado já esgotou todos os recursos.

“O STJ [Supremo Tribunal de Justiça], assim como a primeira instância e o TJPE [Tribunal de Justiça do estado], reconheceu o dano causado às famílias. O processo deve agora voltar para o TJ, que vai nos encaminhar. Quando isso ocorrer, iremos começar a cobrança dos valores”. Ainda de acordo com o juiz, a previsão é de que o valor seja pago, no mínimo, a partir de 2017.

Para Maria do Carmo, o valor da indenização não muda toda a história vivida. “O que mudou é que, assim, eu fiquei sabendo que tinha mais um filho. E o lugar desse filho está vazio. Mesmo eu sabendo onde ele mora, o lugar dele ficou vazio. São cinco filhos, mas um filho não substitui outro”.

Assunto: Detran e TJPE realizam curso para infratores	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:

The logo features the word "DIARIO" in a large, bold, white sans-serif font. To its right, the word "de" is in a smaller, lowercase, light blue font. Further right, "PERNAMBUCO" is written in the same large, bold, white font as "DIARIO". Below "PERNAMBUCO", the text ".com.br" is written in a smaller, lowercase, light blue font. The entire logo is set against a dark blue rectangular background.

Detran e TJPE realizam curso para infratores Ação faz parte da campanha Maio Amarelo

Começa na próxima segunda-feira o Curso de Segurança no Trânsito para Condutores Infratores. A capacitação será realizada na Escola Pública de Trânsito (EPT), na Iputinga, das 8h às 12h. Ao todo serão 16 horas/aula por turma, divididas em quatro módulos: Legislação de Trânsito I e II e Segurança no Trânsito/Direção Defensiva I e II.

O objetivo é executar as penas e medidas alternativas com infratores da lei de trânsito. O curso é realizado pelo Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (Detran/PE), em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

A atividade, que faz parte da campanha Maio Amarelo, é voltada exclusivamente para acusados, indiciados e condenados por crimes de trânsito previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.593/1997), cujas medidas e penas alternativas estão na Vara de Execução de Penas Alternativas do TJPE.

O movimento Maio Amarelo, é uma ação desenvolvida em Pernambuco, pela Secretaria das Cidades (Secid,) por meio do Detran para chamar a atenção da sociedade para o alto índice de acidentes e vítimas no trânsito.

Assunto: Desembargador deve ser primeiro favorecido pela PEC da Bengala no estado	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



Desembargador deve ser primeiro favorecido pela PEC da Bengala no estado

Nivaldo Mulatinho Filho impetrou mandado de segurança para evitar que seja aposentado compulsoriamente pelo TJPE



Mulatinho: 70 anos hoje e pode ter mais cinco no cargo

O desembargador Nivaldo Mulatinho Filho poderá se tornar o primeiro beneficiado pela PEC da Bengala (457/05) no estado. O magistrado impetrou nesta quinta-feira (7) mandado de segurança para tentar evitar que o Tribunal de Justiça de Pernambuco o aposente compulsoriamente.

Mulatinho, que completa 70 anos nesta sexta-feira (8) sustenta que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição lhe permite permanecer no cargo por mais cinco anos. O texto aprovado na última terça-feira eleva de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União

(TCU). A decisão liminar foi concedida pelo desembargador Bartolomeu Bueno.

A emenda ainda não contempla os tribunais estaduais, mas prevê que uma lei complementar discutirá posteriormente a extensão da medida. Na decisão, o desembargador Bartolomeu Bueno concorda com o argumento de que até que essa lei complementar entre em vigor, o desembargador Nivaldo Mulatinho Filho adquiriu o direito de ser mantido no cargo que hoje ocupa. O texto continua, explicando que o não cumprimento por parte do chefe do Poder Judiciário de Pernambuco, desembargador Frederico Neves, acarretaria “menosprezo pelo Poder Legislativo e pelo princípio da separação, independência e harmonia entre os três poderes da República”.

De acordo com o desembargador Nivaldo Mulatinho Filho, o Poder Judiciário tem caráter nacional e por isso o texto da emenda contemplaria sua solicitação. “A lei orgânica da magistratura é única. Acredito que ainda tenho condições de continuar exercendo as minhas funções como desembargador, e por isso entrei com o mandado de segurança”, explicou. A decisão também alerta para que a vaga de desembargador não seja preenchida por outro magistrado até o julgamento e a decisão final.

A PEC da Bengala foi colocada em pauta no início da semana pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), e sua aprovação gerou grande repercussão. Pela

antiga regra, a presidente Dilma Rousseff (PT) teria a possibilidade de indicar seis ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) até 2018, quando termina o seu governo. Com a aprovação, a mandatária só terá a chance de indicar um. Luiz Edson Fachin foi o escolhido e aguarda sabatina do Senado para assumir a vaga deixada por Joaquim Barbosa.

Assunto: Integrantes do Ocupe Estelita fazem caminhada pela Torre	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



Integrantes do Ocupe Estelita fazem caminhada pela Torre

Um homem foi detido por resistência. Segundo a polícia, ele teria se desentendido com um integrante do movimento e iniciado uma briga



Grupo, formado por cerca de cem pessoas, realizou uma passeata. Foto: Hugo Dubex / Cortesia

Por volta do meio dia deste sábado, depois de desmontarem o acampamento realizado no entorno do prédio onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, integrantes do Movimento Ocupe Estelita, iniciaram uma passeata pela Rua Padre Anchieta, seguindo no sentido oposto ao tráfego, pelas vias do bairro da Torre como as ruas José Bonifácio e Conde do Irajá. O trânsito ficou congestionado. Pouco antes das 13h, os manifestantes fizeram uma pausa na caminhada, reunindo-se na Praça da Madalena, onde dispersaram-se. De acordo com o movimento, o ato conta com a participação de cerca de 200 pessoas. Para a Polícia Militar, são cerca de 70. O grupo deve voltar a se reunir neste domingo, às 16h, no próprio Cais José Estelita.

Antes de dar início à caminhada, em coro, eles informaram que a retirada não seria uma desmobilização e que continuariam com a luta e vigília e, prol do Estelita. Eles disseram ainda que irão divulgar uma carta de esclarecimentos e desculpando-se pelos incômodos causados aos demais moradores da localidade.

Durante a desocupação, realizada de forma pacífica, um homem foi detido por resistência. Segundo a polícia, Renan Alves da Silva Oliveira teria se desentendido com um integrante do movimento e iniciado uma briga. O rapaz está prestando depoimento. A polícia não sabe se ele faz parte da mobilização ou se estaria infiltrado no ato.

A ação de desocupação começou pontualmente às 10h, com a chegada do oficial de justiça Leonardo de Figueiredo, de posse do despacho com a ordem de reintegração de posse, acompanhado por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco (OAB-PE) e o do Ministério Público de Pernambuco (MMPE).

Apenas o oficial de justiça se aproximou dos manifestantes, que foram representados por Ernesto de Carvalho. Após uma conversa de negociação, por volta das 10h30, os integrantes da mobilização decidiram sair de forma pacífica. Após gritar palavras de ordem, eles começaram a desmontar o acampamento, colocando os utensílios em caminhonetes, para deixarem o local. Dez viaturas do 13º Batalhão da Polícia Militar acompanharam a ação. A rua foi interditada e o tráfego só foi permitido aos moradores da via.



Um homem foi detido por resistência. Segundo a polícia, ele teria se desentendido com um integrante do movimento e iniciado uma briga. Foto: Reprodução/ Facebook/ Direitos Urbanos

Mais cedo, durante entrevista coletiva na sede da Prefeitura do Recife, o secretário de Assuntos Jurídicos do Recife, Ricardo Correa, disse que na noite de ontem a Justiça concedeu a liminar mas que, a pedido do próprio prefeito, o cumprimento foi adiado para este sábado, para possibilitar a presença dos representantes do MPPE e da OAB. Segundo o secretário, a intenção seria realizar uma tentativa de negociação para a retirada pacífica dos manifestantes.

Ainda de acordo com o secretário, a ação de desocupação deve começar no início da tarde cabendo, ao Poder Judiciário, acionar apoio da força policial caso necessário. Questionado sobre a possibilidade de discutir com o Movimento Ocupe Estelita o projeto Novo Recife, Correa adiantou que não há possibilidade de renegociar o projeto aprovado em 2012 e que desde então vem sendo protelado. Ainda segundo o secretário, estão sendo aplicados na área "conceitos urbanísticos inovadores que a prefeitura pretende expandir para toda a cidade".

Assunto: Movimento Ocupe Estelita deixa entorno do prédio do prefeito	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Movimento Ocupe Estelita deixa entorno do prédio do prefeito

Após negociação com oficial de justiça, manifestantes saíram do local de forma pacífica



Guarda-sóis foram posicionados estrategicamente para que a reunião não fosse acompanhada. Foto: Larissa Lins/ DP/ DA Press

Começaram pontualmente às 10h as negociações para a retirada pacífica dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita da área de entorno do prédio onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio. Acompanhado por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco (OAB-PE) e o do Ministério Público de Pernambuco (MMPE), o oficial de justiça Leonardo de Figueiredo chegou ao local de posse do despacho dando ordem para ação de reintegração de posse na área.

Apenas o oficial de justiça se aproximou dos manifestantes, que estão sendo representados por Ernesto de Carvalho, numa conversa de negociação para a retirada pacífica do grupo. Guarda-sóis foram posicionados estrategicamente para que a reunião não fosse acompanhada. Dez viaturas do 13º Batalhão da Polícia Militar estão no local. A rua foi interditada e o tráfego só está sendo permitido aos moradores da via. Por volta das 10h30, os manifestantes decidiram sair de forma pacífica. Depois de gritar palavras

de ordem, eles começaram a desmontar o acampamento, colocando os utensílios em caminhonetes, para deixarem o local.



Depois de gritar palavras de ordem, eles começaram a desmontar o acampamento, colocando os utensílios em caminhonetes, para deixarem o local. Foto: Larissa Lins/ DP/ DA Press

Mais cedo, durante entrevista coletiva na sede da Prefeitura do Recife, o secretário de Assuntos Jurídicos do Recife, Ricardo Correa, disse que na noite de ontem a Justiça concedeu a liminar mas que, a pedido do próprio prefeito, o cumprimento foi adiado para este sábado, para possibilitar a presença dos representantes do MPPE e da OAB. Segundo o secretário, a intenção seria realizar uma tentativa de negociação para a retirada pacífica dos manifestantes.

Ainda de acordo com o secretário, a ação de desocupação deve começar no início da tarde cabendo, ao Poder Judiciário, acionar apoio da força policial caso necessário. Questionado sobre a possibilidade de discutir com o Movimento Ocupe Estelita o projeto Novo Recife, Correa adiantou que não há possibilidade de renegociar o projeto aprovado em 2012 e que desde então vem sendo protelado. Ainda segundo o secretário, estão sendo aplicados na área "conceitos urbanísticos inovadores que a prefeitura pretende expandir para toda a cidade".

Assunto: Reintegração de posse no entorno do prédio do prefeito	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



Representantes da OAB e do MPPE acompanham reintegração de posse no entorno do prédio do prefeito

Objetivo seria uma tentativa de negociação para a retirada pacífica das manifestações

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco (OAB-PE) e o do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) acompanham na manhã deste sábado a ação de reintegração de posse na área do entorno do prédio onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, no bairro da Torre. O anúncio foi feito esta manhã pelo secretário de Assuntos Jurídicos do Recife, Ricardo Correa.

Durante entrevista coletiva na sede da administração municipal, o secretário disse que na noite de ontem a Justiça concedeu a liminar de reitegração de posse da área mas que, a pedido do próprio prefeito, o cumprimento foi adiado para este sábado, para possibilitar a presença dos representantes do MPPE e da OAB. Segundo o secretário, a intenção seria realizar uma tentativa de negociação para a retirada pacífica dos manifestantes.

Os oficiais de justiça, acompanhados dos membros da MPPE e OAB, deverão seguir para o local às 10h para iniciar as negociações. Ainda de acordo com o secretário, a ação de desocupação deve começar no início da tarde cabendo, ao Poder Judiciário, acionar apoio da força policial caso necessário. Questionado sobre a possibilidade de discutir com o Movimento Ocupe Estelita o projeto Novo Recife, Correa adiantou que não há possibilidade de renegociar o projeto aptovado em 2012 e que desde então vem sendo protelado. Ainda segundo o secretário, estão sendo aplicados na área "conceitos urbanísticos inovadores que a prefeitura pretende expandir para toda a cidade".

Nesta sexta-feira, segundo dia de acampamento de integrantes do Movimento Ocupe Estelita em frente ao prédio, acentuou-se o desgaste entre os manifestantes e moradores e comerciantes. À noite, as famílias estenderam uma faixa com os dizeres "Respeitem nossas famílias". Mais cedo, a síndica entregou uma carta, em nome das 74 famílias, pedindo a saída pacífica do movimento. O proprietário de uma empresa de segurança da rua que teve câmeras danificadas prestou uma queixa na Delegacia do Cordeiro.

Os manifestantes protestam contra a sanção do plano específico que define parâmetros construtivos e urbanísticos para as áreas do Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga. O plano, aprovado pela Câmara de Vereadores, abrange o projeto Novo Recife. Ontem, os manifestantes fizeram oficinas e um debate sobre produção cinematográfica, mediado por professores da UFPE que transferiram a aula para o local.

“O dia foi tranquilo e, para nossa surpresa, recebemos o apoio de muitos moradores da rua”, ponderou o universitário Otho Paiva, 20.

Enquanto alguns tomavam banho de piscina, outros tocavam instrumentos e cantavam. Outro grupo se dividia para organizar a cozinha improvisada. Por volta das 14h30, o almoço foi liberado, com opções de carne e comidas veganas. Garrafas de água e pacotes de alimentos não-perecíveis foram empilhados no local, onde houve coleta seletiva.

Mas os problemas que aconteceram no dia anterior se agudizaram. O delegado João Godoy, do Cordeiro, informou que um inquérito foi instaurado para identificar os reponsáveis pelos danos à empresa de seguro. “A queixa menciona a depredação do prédio, que foi pichado. O IC foi acionado para periciar as últimas imagens feitas pelos equipamentos.”

No prédio onde vive o prefeito, o dia também foi de reclamações. “Plantas do prédio foram danificadas, ovos foram atirados na guarita e uma câmera foi quebrada”, contabilizou a síndica do edifício de 37 andares, Hildete Tenório, 66. “Não dormimos por causa do barulho de música eletrônica”, relatou a advogada Patrícia Cerqueira, 40.

Proprietária de uma clínica de fisioterapia, Iaponira Pimentel disse que o lugar só recebeu dois pacientes. “Passamos o dia atendendo a ligações de cancelamento e tivemos que contratar um segurança.” Na rua, há três estabelecimentos comerciais, dois prédios residenciais, três casas e dois terrenos com tapumes de construtoras, que foram pichados. A barreira de tábuas de um prédio chegou a ser retirada e o terreno serviu de banheiro. O protesto, que interditou a rua, causou engarrafamento. Às 16h, o fluxo na Conde de Irajá seguia a 10 km/h em média. Na Padre Anchieta, 5 km/h.

Assunto: Procuradoria suspende multas aplicadas contra Sintepe	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



Procuradoria suspende multas aplicadas contra Sintepe

Discussão sobre os valores só será retomado após a negociação de reajuste salarial com o governo

Em conversa com a assessoria jurídica do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco, a Procuradoria Geral do Estado optou por suspender a cobrança das multas relativas à paralisação dos professores da rede estadual nesta sexta-feira. Os valores de R\$ 30 mil e R\$ 80 mil foram definidos pelo Tribunal de Justiça depois que a categoria se recusou a retornar às aulas e estão, temporariamente, suspensos.

O compromisso foi firmado apenas na conversa. "Como estamos em negociação com o governo, acharam melhor não cobrar nada até que a situação se resolva. Não temos documentos que comprovem o acordo, mas o combinado foi que, ao término de todo o processo, nos sentaremos novamente para retomar a discussão sobre a aplicação das multas", esclareceu o diretor de assuntos jurídicos do Sintepe, Ronildo Oliveira.

Greve

Os professores da rede estadual deflagraram greve no último dia 10. A paralisação seguiu durante 24 dias com atos públicos que tiveram apoio até mesmo dos estudantes. Na última segunda, em assembleia, a categoria suspendeu o movimento paredista para retomar a negociação com o governo do estado.

A principal reivindicação da categoria é a extensão do reajuste salarial de 13,01% a todos os docentes, não apenas aos profissionais com nível médio, como prevê o projeto de lei 79/2015 aprovado no último dia 31 na Assembleia Legislativa.

Assunto: Explosão de pequeno porte abre buraco em muro de presídio no Complexo do Curado - 1ª Vara de Execuções Penais	
Veículo: folhape	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



Explosão de pequeno porte abre buraco em muro de presídio no Complexo do Curado

Segundo informações do juiz Luiz Rocha, não houve fuga de detentos do Pamfa



Buraco no muro foi causado após explosão

Uma explosão atingiu um dos muros externos da guarita 9 do Presídio Agente Penitenciário Marcelo Francisco de Araújo (Pamfa), na manhã deste sábado (09), no Complexo Prisional do Curado - antigo Aníbal Bruno. A informação foi confirmada pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Luiz Rocha, que esteve no local após o ocorrido. Segundo o magistrado, não houve fuga de presos.



Área começou a ser vedada para evitar fuga de detentos

"Por volta das 8h, houve uma explosão no muro e não há ainda informações sobre quem teria provocado isso. Quando ocorreu, agentes penitenciários partiram para a contenção para evitar fuga de presidiários", informa Luiz Rocha. Ainda de acordo com ele, a explosão teria ocorrido de fora para dentro do presídio, atingindo também um carro e uma casa nas proximidades - além disso, uma criança teria se ferido, mas sem gravidade e ela permanece em sua residência. "Vamos investigar para saber o

que aconteceu, mas não há registro de fuga. Isso não foi de uma hora para a outra, houve algum planejamento", complementa.

Informações iniciais e não confirmadas oficialmente davam conta que pelo menos dois detentos teriam conseguido fugir após a explosão de pequeno porte. O local começou a ser vedado, primeiro por dentro do presídio e, depois, por fora.

Por meio de nota, a Secretaria Executiva de Ressocialização (Seres), os agentes penitenciários da unidade e do Grupo de Operações de Segurança da Seres tomaram as devidas providências para evitar fugas. "A Seres já providenciou o fechamento da abertura e a segurança interna e externa do Complexo foi reforçada pela Seres e Polícia Militar. O fato será investigado e as visitas continuam ocorrendo dentro da normalidade", informa o texto.

Assunto: Manifestantes do Ocupe Estelita deixam rua do prefeito após ação judicial da PCR	
Veículo: folhape	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



Manifestantes do Ocupe Estelita deixam rua do prefeito após ação judicial da PCR

Despacho judicial pede saída dos ativistas do local sob pena de multa diária por pessoa



Ativistas começaram a sair por volta das 10h30

A Justiça determinou, na noite desta sexta-feira (08), o fim do acampamento do movimento Ocupe Estelita e do grupo Direitos Urbanos em frente ao prédio onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, no bairro da Torre, na Zona Oeste, e os integrantes começaram a sair por volta das 10h30 deste sábado (09). Equipes do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estiveram no local para "garantir que a saída ocorra de maneira pacífica".

Os manifestantes foram notificados por oficiais da Justiça e se reuniram em assembleia para comunicar aos ocupantes sobre a ordem de retirada. Cerca de 10 viaturas do Grupo de Apoio Tático Itinerante (Gati) estiveram nas proximidades, mas não houve conflito. Após a desmobilização, um grupo dos ativistas saiu em caminhada por vias da região.

Os integrantes do movimento saíram do local antes do meio-dia, como determinado. O despacho é assinado pelo juiz de Direito Djalma Andreino Nogueira Júnior, que estabeleceu multa diária e por pessoa de R\$ 2 mil a contar da data de intimação. "O diálogo com eles foi tranquilo e mostramos o mandado judicial", disse o oficial de Justiça que foi notificar os manifestantes, Leonardo Figueiredo, por volta das 10h30. "Estamos aqui para representar o presidente da OAB e garantir que todos os direitos inerentes tanto aos cidadãos como aos manifestantes sejam preservados", disse o conselheiro da OAB Dalônio Carvalho Filho.

A ordem de retirada foi apresentada à imprensa em coletiva na própria PCR na manhã deste sábado. Segundo o secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura, Ricardo Correia, o prefeito teria pedido que a entrega do documento aos manifestantes só fosse feita na manhã deste sábado. Os ativistas só souberam da decisão judicial quando a imprensa chegou ao local - onde permaneceram até a chegada do oficial. "Vamos continuar denunciando a falta de diálogo da Prefeitura com a sociedade. Não vamos deixar o local sujo, iremos recolher tudo e desocupar a área. Mas continuaremos

denunciando que o prefeito deveria ter aparecido e não mandado a polícia. Estamos abertos ao diálogo”, ressaltou o integrante do movimento Ocupe Estelita, Ernesto de Carvalho. Um protesto do grupo está previsto para ocorrer neste domingo (10), na área do Cais José Estelita, no evento "Pelo tombamento do Estelita", com o Som na Rural e show de Otto a partir das 16h.

Assunto: Detran e TJPE realizam curso para infratores de trânsito	
Veículo: JConline	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Detran e TJPE realizam curso para infratores de trânsito

A ação faz parte das intervenções organizadas no estado através da campanha Maio Amarelo



A capacitação será realizada na Escola Pública de Trânsito (EPT), sempre das 08h às 12h
Foto: Divulgação

Com o objetivo de executar as penas e medidas alternativas com infratores da lei de trânsito, a Secretaria das Cidades, através do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – Detran/PE, em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE, irá promover a partir de amanhã, o Curso de Segurança no Trânsito para Condutores Infratores.

A capacitação será realizada na Escola Pública de Trânsito (EPT), localizada na Estrada do Barbalho, 889, Iputinga, Recife, sempre das 08h às 12h. Ao todo serão 16h/aula por turma, dividida em quatro módulos, sendo eles: Legislação de Trânsito I e II e Segurança no Trânsito/Direção Defensiva I e II.

De acordo com Charles Ribeiro, diretor do Detran/PE, o curso será voltado exclusivamente para acusados, indiciados e condenados por crimes de trânsito previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.593/1997), cujas medidas e penas alternativas estão na Vara de Execução de Penas Alternativas do TJPE.

“Iremos realizar a capacitação através deste projeto temático, adequando-se à Política de Alternativas penais, tendo em vista a redução da violência e promoção da humanização, da cidadania e do respeito ao meio ambiente no trânsito”, enfatizou Ribeiro.

Assunto: Liminar garante aposentadoria aos 75 anos para desembargador	
Veículo: JConline	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Liminar garante aposentadoria aos 75 anos para desembargador

A emenda foi promulgada na quinta-feira (7) pelo Congresso Nacional e provocou polêmica



O presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou que nova sabatina será feita para os ministros que desejarem permanecer nos tribunais até 75 anos

Foto: Wilson Dias / Agência Brasil

Um desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE) conseguiu uma liminar para permanecer no cargo após 70 anos, idade na qual deveria se aposentar compulsoriamente. A decisão foi proferida por um colega do tribunal com base na Emenda Constitucional 88/2015, que aumentou de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos ministros de tribunais superiores.

Apesar de o texto da emenda estabelecer que a mudança vale somente para ministros de tribunais superiores, o desembargador Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho vai ficar no cargo até decisão de mérito. Ele completou 70 anos hoje.

A liminar no mandado de segurança impetrado por Correia Filho foi concedida pelo desembargador Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes. De acordo com seu entendimento, a magistratura tem caráter nacional e os membros do Poder Judiciário devem receber tratamento igual. “Não há razão apta a justificar tratamento desigual entre membros integrantes da magistratura nacional, cuja carreira, como já salientado, reveste-se de caráter nacional, segundo preceito insculpido na própria Constituição da República”, disse Moraes.

A emenda foi promulgada na quinta-feira (7) pelo Congresso Nacional e provocou polêmica. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) informou que os ministros de tribunais superiores deverão passar por nova sabatina com a promulgação. Na

interpretação da AMB, o aumento da idade mínima para 75 anos está condicionado à aprovação do nome dos ministros pelo Senado Federal, conforme prevê o Artigo 52 da Constituição Federal, até que uma lei complementar seja aprovada. Dessa forma, os ministros devem passar por mais uma sabatina, além da prevista para ingressar no cargo.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), confirmou que nova sabatina será feita para os ministros que desejarem permanecer nos tribunais até 75 anos. Segundo o presidente, a permanência é facultativa. “Conforme a emenda, os que desejarem continuar na magistratura deverão ser novamente sabatinados pelo Senado Federal, que não abrirá mão da prerrogativa de fazê-lo”, disse ele à Agência Senado.

Assunto: Juíza decreta nova ordem de prisão para estudante Karinny Oliveira – 2ª Vara de Família e Registro Civil de Caruaru

Veículo: JCOonline

Data: 11/05/2015

Editoria:

Seção:

jornal do commercio

Juíza decreta nova ordem de prisão para estudante Karinny Oliveira

Pós-graduanda deve mais de R\$ 12 mil em pensão alimentícia ao ex-marido, o promotor Fernando Portela, que cuida dos dois filhos do ex-casal



Karinny não vê os filhos desde o final de 2013

Foto: Jão Vicente / Divulgação

Depois de passar semanas (em dezembro de 2014) foragida por conta de um polêmico mandado de prisão, a estudante Karinny Oliveira, bolsista da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), está novamente às voltas de um possível encarceramento. A juíza Raquel Toledo Fernandes Raposo, da Segunda Vara de Família e Registro Civil de Caruaru, decretou nova ordem de prisão por conta do não pagamento de pensão alimentícia ao promotor Fernando Portela, ex-marido de Karinny. Ele tem a guarda dos dois filhos do casal, dois jovens, um deles de maior idade. Fernando mora em Petrolina, enquanto a bacharelada em Direito mora em Caruaru.

Raquel Toledo foi a mesma juíza que decretou a prisão de Karinny no ano passado. Agora, no entanto, a nova ordem foi emitida sem que o valor da dívida fosse recalculado: até dezembro, a estudante devia R\$ 12.700 ao promotor. Segundo o advogado Torquato Castro Júnior, que defende Karinny, a decisão judicial só pode ser cumprida quando esse novo valor for conhecido. A bolsista alega que não tem condições de arcar com o valor, já que recebe R\$ 1.500 mensais. A bolsa também não se configura como emprego.

“Fomos pegos de surpresa. Estávamos indo a uma audiência na Primeira Vara quando passamos na Segunda Vara para ver se havia alguma atualização no processo. Encontramos a ordem de prisão lá. Como na primeira vez, eu não fui citada, não pude me defender. A juíza ainda diz que minha alegação sobre não poder arcar com a dívida

é inescusável e que não cabe recurso porque não aceitei o acordo proposto pelo meu ex-marido. Significa que tenho que aceitar sem questionamento? Por que não fui ouvida?”, disse Karinny, por telefone. Ela não vê os filhos desde o final de 2013. O advogado Torquato Castro Júnior vai entrar com um agravo para tentar reverter a ordem.

O caso Karinny chamou atenção de movimentos sociais feministas, que se reuniram para tentar custear o valor pedido pelo promotor Fernando Portela. Pouco mais de R\$ 9 mil foram arrecadados. No fim de dezembro de 2014, o juiz José Arnaldo Vasconcelos, da Primeira Vara, suspendeu a ordem de prisão e Karinny pôde finalmente voltar para casa depois de semanas foragida. “Se não conseguirmos reverter a ordem de prisão, vamos usar esse valor para tentar pagar a dívida mediante um acordo. Mas entendo que isso pode provocar a expectativa de que ela possa pagar novamente a pensão. Estou tentando um acordo pra que todos desistam dos processos instaurados”, comentou Torquato Júnior.

O caso, no entanto, parece estar perto de ganhar contornos mais dramáticos: segundo o advogado Fernando Muniz, que representa Fernando Portela, a maioria de Carlos Portela permite que ele, agora, entre na Justiça contra a mãe. “Ele tem 18 anos, estuda, e precisa do dinheiro. Ele inclusive vai entrar com pedido de adoção unilateral”, comentou. Muniz disse ainda que foram oferecidas condições de pagamento a Karinny, como o parcelamento da dívida, mas que ela não manifestou qualquer ação. A juíza Raquel Toledo foi procurada pelo JC, mas, de acordo com a Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Pernambuco, processos em andamento não são comentados pelos magistrados, de acordo com a Lei Orgânica da Magistratura.

Assunto: Manifestantes do Ocupe Estelita acatam decisão judicial para sair da rua do prefeito Geraldo Julio	
Veículo: JConline	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Manifestantes do Ocupe Estelita acatam decisão judicial para sair da rua do prefeito Geraldo Julio

Decisão judicial foi expedida na noite da sexta-feira (8)



Manifestantes começaram a desmontar barracas no jardim do prédio
Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem

Após conversa com um oficial de Justiça e representante da Ordem dos Advogados (OAB), os ativistas do movimento Ocupe Estelita decidiram terminar com a ocupação em frente ao prédio onde mora o prefeito do Recife Geraldo Julio. Os manifestantes estavam acampados no local desde a quinta-feira (7), como forma de protesto contra a aprovação do plano urbanístico para o Cais José Estelita, na área central do Recife. Na sexta-feira (8), a Justiça expediu determinação pedindo a imediata desocupação da via, entorno e passeio público.

Os ativistas informaram que até o meio-dia devem desocupar completamente a área e prometeram sair do local pacificamente. As barracas que ocupavam o jardim do prédio já começaram a ser desmontadas pelo grupo, que deve sair em passeata pelas ruas da capital pernambucana. De acordo com informações repassadas pelo oficial de Justiça, toda a conversa com os manifestantes ocorreu de forma tranquila.

Assunto: Justiça determina saída de manifestantes de jardim de edifício onde mora o prefeito do Recife	
Veículo: JConline	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Justiça determina saída de manifestantes de jardim de edifício onde mora o prefeito do Recife

Desocupação deve ocorrer na manhã deste sábado (9)



Manifestantes estão no local desde quinta-feira (7)

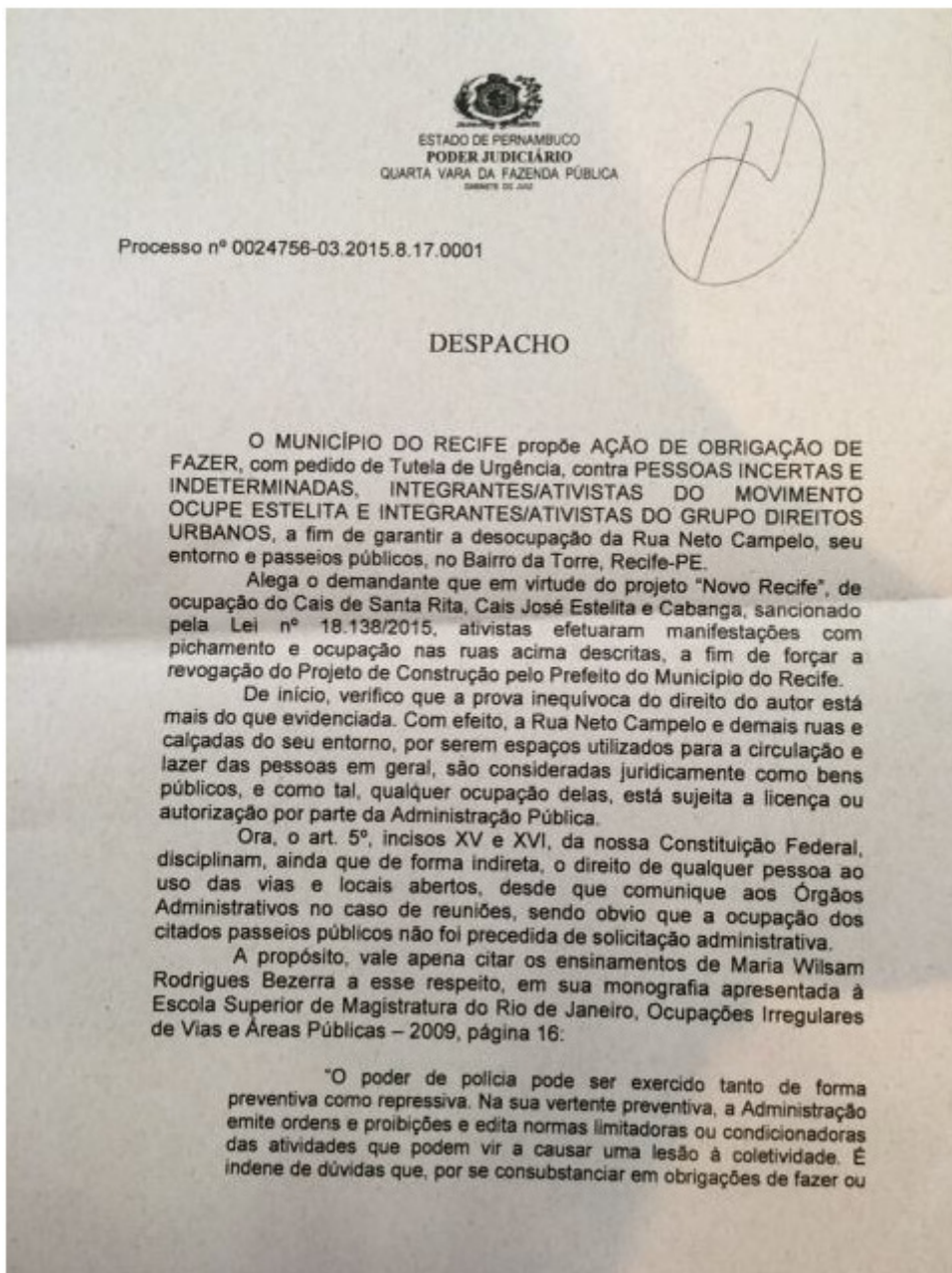
Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem

A Justiça determinou a desocupação do condomínio do Edifício Laura Caúla, na Torre, Zona Oeste da capital, onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio. O condomínio teve o jardim externo ocupado por integrantes do movimento Ocupe Estelita na noite de quinta-feira (7), como forma de protesto à aprovação do plano urbanístico para o Cais José Estelita, na área central. A desocupação deve ocorrer na manhã deste sábado (9), com representantes do poder judiciário, Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e da Ordem dos Advogados (OAB).

A ordem de desocupação foi solicitada pela Prefeitura do Recife. A Justiça acatou o pedido e expediu a determinação na noite de sexta-feira (8). "A pedido do prefeito, a ação foi deixada para ocorrer hoje de manhã", afirmou o secretário de Assuntos Jurídicos Ricardo Correia em coletiva de imprensa realizada na manhã deste sábado. Ainda segundo o secretário, a decisão poderia ter sido cumprida no mesmo dia em que foi expedida. O prefeito teria solicitado, ainda, a presença dos representantes da OAB para mediar a saída dos ocupantes.

Embora estivesse no edifício sede da Prefeitura do Recife, no Cais do Apolo, o prefeito Geraldo Julio não participou da coletiva. Os ativistas receberam a informação da determinação judicial através da imprensa e estão reunidos em assembleia para decidir o

que será feito. A rua onde fica localizado o edifício Laura Caúla está fechada nos dois lados. Pelo menos 10 carros do Grupo de Apoio Tático Itinerante (GATI) estão no local.



não fazer, toda a atividade da polícia administrativa deve ser fundada na lei, em respeito ao art. 5º, II, da Carta Magna. Todavia, os órgãos executivos, para fixarem as condições e os requisitos necessários para o exercício dos direitos e atividades, devem expedir regulamentos e instruções.

Nesse sentido, quando o particular pretende realizar uma atividade sujeita a policiamento, requer a licença ou autorização, conforme o caso, que, após verificação pela Administração se este preenche as condições necessárias, concede o alvará, que pode ser precário, no caso de autorização, ou definitivo, se de licença se tratar.

Importante aspecto da atuação administrativa é a fiscalização que esta deve promover constantemente sobre toda a atividade sujeita ao seu controle. Sem sombra de dúvidas, se o Poder Público exercesse de forma efetiva o seu poder fiscalizatório, poderiam ser evitadas lesões graves que, pela ausência da contenção devida, perduram no tempo e geram situações de difícil solução."

Assim, presente a prova inequívoca do direito do autor, convenço-me da verossimilhança das alegações da inicial.

Por outro lado, há na hipótese destes autos justificado receio da ineficácia do provimento que se requer finalmente, em face de que, o Município do Recife está impedido de exercer seu poder de polícia e restabelecer a ordem social que se faz mister.

Diante do acima exposto, com base no art. 273, caput e inciso I do CPC, antecipo os efeitos da tutela requerida na inicial, para determinar a imediata desocupação da Rua Neto Campelo, seu entorno e passeios públicos, no Bairro da Torre nesta cidade do Recife, incluindo toadas as calçadas e faixa de rolamento.

Autorizo o cumprimento imediato desta decisão, independente do horário e dia, seja sábado, domingo ou feriado, quando apresentado o mandado do seu cumprimento.

Arbitro multa diária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por pessoa, em caso de descumprimento, a contar da data da intimação desta decisão.

Oficie-se ao Comando da Polícia Militar de Pernambuco, para auxílio na execução desta decisão.

Intimem-se.

Citem-se por edital com prazo de trinta dias.

Recife, 08 de maio de 2015.

DJALMA ANDRELINO NOGUEIRA JÚNIOR
JUIZ DE DIREITO

Assunto: Liminar estende aposentadoria aos 75 anos para desembargador do TJ-PE	
Veículo: Conjur	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



Liminar estende aposentadoria aos 75 anos para desembargador do TJ-PE

O caráter nacional do Poder Judiciário impede o tratamento desigual entre os membros da magistratura nacional. Sendo assim, a nova redação dada pela Emenda Constitucional 88/2015, que dispôs a idade de 75 anos para aposentadoria compulsória para ministros, deve ser imediatamente implementada, inclusive para desembargadores.

Seguindo esse entendimento, o Tribunal de Justiça de Pernambuco, em decisão liminar, impediu o presidente da corte pernambucana de aposentar o desembargador Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho, que completa 70 anos nesta sexta-feira (8/5).

Chamada de PEC da Bengala, a Emenda Constitucional 88 altera de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria para ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União. A emenda foi aprovada na segunda-feira (5/5) no Congresso Nacional e promulgada nessa quinta-feira (7/5).

Apesar de a emenda não tratar especificamente de desembargadores, o magistrado Nivaldo Mulatinho Filho alegou em sua petição ter direito a se aposentar também aos 75 anos. Ele argumenta que não é possível o tratamento desigual entre membros da magistratura pois, de acordo com o artigo 92 da Constituição Federal, o Poder Judiciário tem caráter nacional.

Ao analisar o pedido do colega, o desembargador Bartolomeu Bueno concedeu a liminar, impedindo que Nivaldo Mulatinho Filho seja aposentado nesta sexta-feira (8/5), quando completa 70 anos.

"Não há razão apta a justificar tratamento desigual entre membros integrantes da magistratura nacional, cuja carreira, como já salientado, reveste-se de caráter nacional, segundo preceito insculpido na própria Constituição da República", concluiu Bueno.

Assunto: Em Suape, empresa compra área de posseiros mesmo com decisão judicial em contrário

Veículo: Blog de Jamildo

Data: 11/05/2015

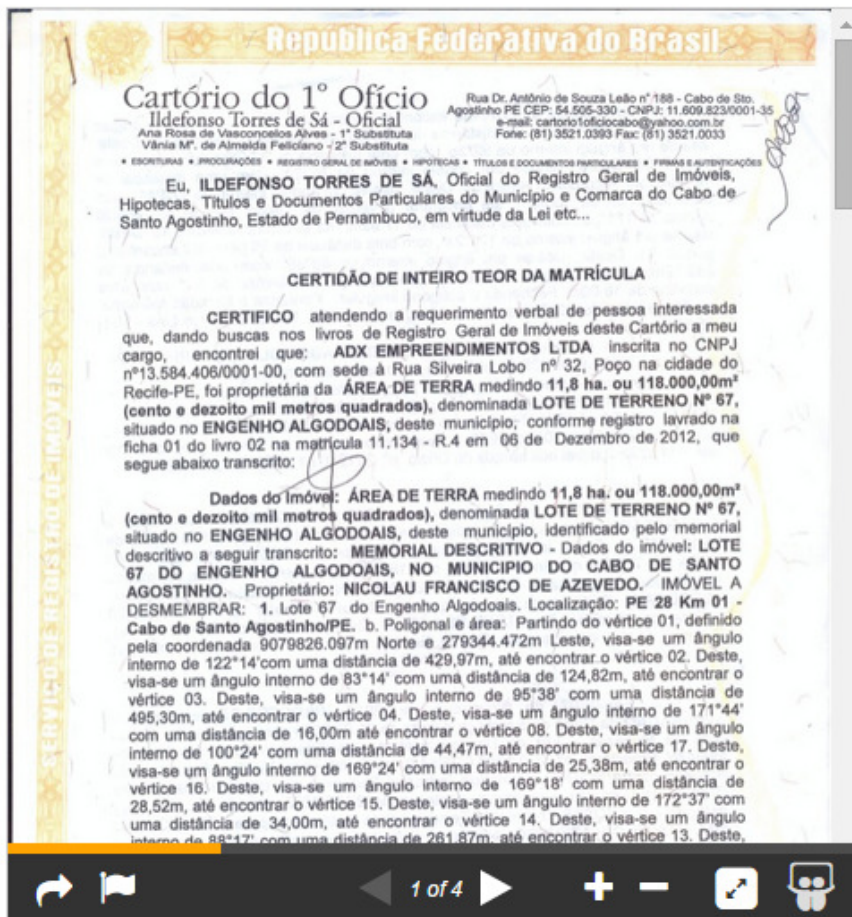
Editoria:

Seção:



há muito tempo não se fabrica mais terra

Em Suape, empresa compra área de posseiros mesmo com decisão judicial em contrário



A advogada Conceição Lacerda, que defende diversos posseiros na região de Suape, denunciou ao Blog de Jamildo mais um caso de irregularidade envolvendo transações imobiliárias na comarca do Cabo, com áreas situadas no complexo do Porto de Suape. Uma empresa conseguiu comprar e averbar em cartório uma área de 12 hectares de um posseiro, mesmo havendo uma decisão judicial em contrário.

Na semana passada, a advogada já havia denunciado um suposto esquema de simulação de processos judiciais na comarca do Cabo de Santo Agostinho para desvio de recursos públicos da empresa Suape, tendo como instrumento recorrente acordos de reintegração com posseiros de terras na área do complexo. Depois, denunciou também que a empresa Suape beneficiou o fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal (Funcef) com a cessão de uma área de 117 hectares, de forma supostamente irregular, pelo prazo de 99 anos. Suape tem mantido silêncio sobre as denúncias, até aqui. A OAB também não se pronunciou até agora.

Tudo começou em janeiro de 1993, quando o posseiro Nicolau Francisco de Azevedo entrou com uma ação contra Suape, na 3ª Vara Civil do Cabo. Ele alegava que Suape estava perturbando a sua posse e usava de ameaças de violência, no lote 67 do engenho Algodoads. Suape alegou na Justiça que havia adquirido a propriedade do engenho Algodoads da Cooperativa Tiriri.

Não deu certo. O juiz concedeu a ele um interdito proibitório pelo qual Suape ficava proibido de molestar o autor em sua posse. Suape chegou a entrar com uma apelação no TJPE, mas não obteve sucesso.

De acordo com os autos do processo, em 1995 e depois em 2009, após obter o interdito proibitório, o posseiro pediu ao juiz do Cabo que registrasse o imóvel no nome dele. Ele pedia que o interdito proibitório fosse transformado em ação de manutenção de posse. O advogado na época já citava a urgência alegando a expectativa de valorização caso a “famigerada refinaria” fosse instalada na comarca.

Em novembro de 2011, de forma muito clara, o juiz Arnóbio Amorim Araújo Júnior indeferiu o pedido, informando que não podia, não cabia.

“A ação foi de interdito possessório e não de adjudicação compulsória, de modo que é impossível anotação de eventual mandado de manutenção de posse no ofício imobiliário pertinente”, escreveu.

Na gestão de Frederico Amâncio como presidente de Suape, em 31 de julho de 2012, a administração do porto habilita novos advogados e pede vistas dos autos.

Ocorre que, em 23 de outubro de 2012, o juiz Rafael José de Menezes, mandou um despacho para o cartório mandando desmembrar a área, em favor de Nicolau Francisco de Azevedo. Uma certidão vitenária do imóvel mostra que ele foi vendido imediatamente a empresa ADX Empreendimentos LTDA, que opera em Suape em nome de grandes construtoras.

“Trata-se de uma ilegalidade. Isto é improbidade administrativa. Com esse ato, a Justiça acabou favorecendo a empresa ADX”, afirma a advogada Conceição Lacerda.

Em uma carta pública divulgada no dia 26 de fevereiro, no Recife, o Fórum Suape Sócio-Ambiental, fazendo referência reunião com posseiros em novembro do ano passado na OAB, reitera acusações de que Suape pratica abuso de poder econômico e fala em corrupção envolvendo a empresa e a existência de tráfico de influência no poder Judiciário de Pernambuco, segundo a instituição, usado para legitimar os atos supostamente ilícitos praticados pelos gestores da empresa Suape. No documento, reclamam ainda de omissão do Ministério Público de Pernambuco.

A polêmica envolvendo ações de reintegrações de posse ajuizadas pela empresa Suape é antiga e bastante complexa.

“Reconhecemos que o porto é um mal necessário. O que nos brigamos é para que haja o reconhecimento de que a escritura usada por Suape para repassar as terras dos posseiros para as empresas do complexo foi obtida de forma espúria. Todo o dinheiro que Suape recebeu tem que ir para os verdadeiros donos das terras, que é o Incra. Um dos problemas desta luta é que Suape não fez licitações para dar essas terras e não se conhece o valor”, afirma a advogada.

“O bem público é indisponível. Não se pode abrir mão dele. O porto de Suape contou, durante anos, com a cumplicidade do poder judiciário de Pernambuco, mas a Justiça Federal acabou de reconhecer que o Incra tem direito a ser discutido na causa. O TRF5 mandou o processo para a primeira instância e por distribuição o processo foi parar na 3ª Vara Federal julgar o caso. O juiz federal reconheceu a competência da Justiça Federal para julgar o feito, em razão do interesse do Incra. Se o nosso bom direito for confirmado, na Justiça Federal, isto significa que as mais de mil e duzentas reintegrações de posse feitas no plano estadual são nulas”, diz.

“Eles (Suape) e o Incra local mentem descaradamente. Quando são questionados, afirmam que os decretos de desapropriação do Incra perderam a validade com um decreto de Geisel de 1978 (82.899). Só que também este decreto foi revogado em 15 de fevereiro de 1991. Além disto, há documentos internos de Suape, com timbre oficial, reconhecendo a propriedade do Incra”, diz.

A base de toda polêmica é um título de propriedade expedido pelo Incra em 22 de julho de 1980, assinado pelo presidente da entidade e o agricultor Manoel Alves da Silva, então presidente da cooperativa Tiriri. Com o ato oficial, o governo Federal repassava para os posseiros o título de propriedade em uma época que a pressão no campo era bastante elevada. O projeto era ajudado pela Sudene, que fez o levantamento da área e dos beneficiários.

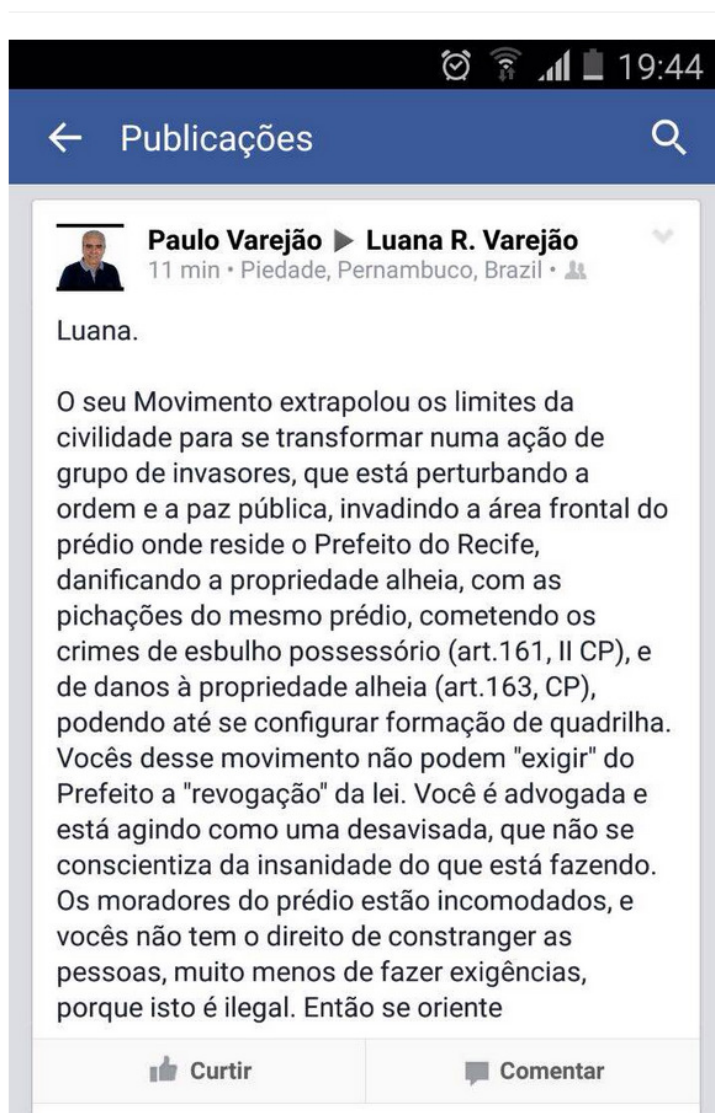
O documento do Incra previa que o domínio ou a posse dos imóveis seriam revertidos ao órgão, em caso de descumprimento do uso, previsto numa cláusula resolutive. Em 24 de julho de 1980, curiosamente, já havia uma escritura pública assinada pela cooperativa Tiriri vendendo as terras dos agricultores para o porto de Suape, sem a interveniência do Incra. Na peça, o tabelionato do Cabo tem o cuidado de registrar que não foi apresentada certidões do Incra sobre a propriedade.

Assunto: Pai dá o maior sabão em filha advogada que participa de ocupação e movimento do estelita	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



dia dos pais

Pai dá o maior sabão em filha advogada que participa de ocupação e movimento do estelita



Será que essa jovem vai dizer que o pai também é vendido às construtoras, como o PSOL e o PT tentam estigmatizar o prefeito Geraldo Julio?

Será que o juiz Djalma Andreino Nogueira Júnior também é vendido às construtoras?

Será que vão dizer que é um juiz capitalista e não progressistas?

A pedido da Prefeitura da Cidade do Recife, a Justiça do Estado determinou, na noite desta sexta-feira, que os manifestantes do chamado ocupe estelita deixassem a porta da casa do prefeito Geraldo Júlio. A sentença foi assinada por Djalma Andreino Nogueira Júnior.

A pedido do prefeito, a decisão judicial não foi cumprida nesta noite de sexta-feira, de modo que pudesse ocorrer à luz do dia, com a presença da Ordem dos Advogados do Brasil, MPPE e a imprensa.

Um dos maiores erros do Consórcio Novo Recife foi determinar o início da demolição de madrugada, como se tivesse fazendo algo a ser escondido, sob a desculpa de que não queria atrapalhar o trânsito no local.

Assunto: Em clima de calma, manifestantes levantam acampamento da porta do prefeito Geraldo Julio	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



decisão judicial

Em clima de calma, manifestantes levantam acampamento da porta do prefeito Geraldo Julio



Blogimagem

Os jovens que acampavam na porta do prédio do prefeito do Recife, Geraldo Júlio (PSB), desde a noite de quinta-feira, no bairro da Torre, para protestar contra a aprovação de um plano urbanístico para a área do Cais José Estelita, instrumento que era cobrado pelo próprio grupo no meio das negociações com a PCR, começaram a dismantlar as barracas, por volta das 10h30 deste sábado (9), depois de receberem o comunicado dos oficiais de Justiça determinando a desocupação. A sentença foi assinada pelo juiz Djalma Andreino Nogueira Júnior.

O documento do Tribunal de Justiça de Pernambuco foi entregue pelo oficial de Justiça Leonardo Figueiredo. O oficial deu o prazo para saída até ao meio-dia, mas antes disto o acampamento começou a ser desmontado.

O jovem Ernesto de Carvalho, que se apresentou em nome do movimento para falar com a imprensa nesta manhã, lamentou que o prefeito não tivesse aparecido para conversar com eles. “A nossa missão aqui [diante da casa do prefeito] está cumprida”, disse. Após o cumprimento da determinação judicial, o grupo de jovens saiu em caminhada agora há pouco.

A síndica do prédio, Hildete Tenório, disse que agora estava mais aliviada e que começaria a levantar os prejuízos causados pela ação dos jovens, acusados de quebrar uma câmara de vigilância, além de pintar os muros do condomínio.

Apenas um pequeno incidente ocorreu durante a reintegração de posse da área do prédio. Dois jovens se desentenderam e começaram a brigar. Um deles foi levado para a central de flagrantes da polícia. Em uma das versões, um popular passou e provocou um dos manifestantes, ocasionando a discussão. Noutra versão, dois militantes, um mais radical, teriam se desentendido.

A rua da casa do prefeito Geraldo Júlio, na Torre, foi fechada. Cinco viaturas da PM deram proteção aos agentes da Justiça.

A Justiça do Estado atendeu a um pedido da Prefeitura da Cidade do Recife e determinou, na noite desta sexta-feira, que os manifestantes deixassem a porta da casa do prefeito. A pedido do prefeito, a decisão judicial não foi cumprida na noite de sexta-feira, de modo que pudesse ocorrer à luz do dia, com a presença da Ordem dos Advogados do Brasil, MPPE e a imprensa. A PCR também apelou que os manifestantes deixem o local de forma pacífica.

O secretário de Assuntos Jurídicos da PCR, Ricardo Correia, afirmou nesta manhã que os manifestantes estavam prejudicando o direito de ir e vir das pessoas no local.

“O que ocorreu foi uma ocupação indevida dos espaços públicos e seu entorno, ferindo a Constituição Federal. Também estão prejudicando o direito de ir e vir das pessoas”, afirmou o secretário, que assinou o pedido de desocupação ao judiciário. “Temos o dever constitucional de manter a paz social, contra qualquer ocupação que perturbe esta ordem”, acrescentou.

“O município do Recife está impedido de exercer seu poder de polícia e restabelecer a ordem social que se faz mister”, escreveu, ao falar da fiscalização e autorização para uso de logradouros e calçadas.

O objetivo declarado da ação do grupo era forçar a revogação da lei sancionada pelo prefeito, prevendo o plano urbanístico, na segunda-feira da semana passada.



Nessa sexta, o condomínio do Edifício Laura Caúla, na Torre, onde mora o prefeito do Recife e que teve o jardim externo ocupado pelo movimento Ocupe Estelita desde quinta-feira à noite, já havia pedido aos integrantes do grupo a desocupação da área. Hildete Tenório, síndica do prédio, conversou com representantes do movimento ontem à tarde e entregou o documento elaborado pelos condôminos.

Os moradores também prestaram queixa na Delegacia do Cordeiro contra a depredação do patrimônio.

De acordo com a síndica, integrantes do Ocupe Estelita picharam o muro, quebraram câmera e refletor, além de destruir a grama.

“Tudo o que foi destruído é recuperável. Porém, eles estão acampados numa propriedade privada, esse jardim é nosso”, afirma Hildete Tenório. “O senhor Geraldo Julio é prefeito, mas aqui ele é apenas um dos condôminos do prédio. O lugar da manifestação é a sede da prefeitura”, declarou.

O grupo protesta contra a aprovação do Plano Urbanístico Específico para o Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga, na área central da cidade, que permite a implantação do projeto Novo Recife no Cais José Estelita. O projeto foi aprovado por maioria na Câmara Municipal do Recife na segunda passada e sancionada no mesmo dia pelo prefeito Geraldo Julio.

A síndica explicou que, no Edifício Laura Caúla, há 74 apartamentos onde vivem crianças, jovens com problemas de saúde e idosos.

“O barulho está incomodando a todos. Uma clínica de fisioterapia instalada na rua ficou no prejuízo porque os pacientes não conseguiram chegar ao local.” Além dos condôminos, o proprietário de uma casa na mesma via (Neto Campelo), que teve o muro pichado e as câmeras de segurança danificadas, prestou queixa.

“Esse cidadão entregou imagens que provam o ato de vandalismo, gravadas às 6h de hoje (ontem). A filmagem mostra pessoas com o rosto coberto por camiseta”, disse o delegado do Cordeiro, João Gustavo Godoy.

“Vamos apurar, depredação do patrimônio é crime e quem fez, se for identificado, vai responder inquérito policial”, informa o delegado.

Pelo menos 22 imóveis, duas parada de ônibus, três postes e duas placas de propaganda amanheceram pichadas no trajeto percorrido pelo Ocupe Estelita anteontem, na Avenida Agamenon Magalhães e nas Ruas Joaquim Nabuco, José Osório, Visconde de Albuquerque, Conde de Irajá e Neto Campelo.

“A reivindicação deles é válida. Porém, a pichação só nos trouxe prejuízo. Somos uma instituição filantrópica, tratamos de crianças carentes da vizinhança (Madalena) e teremos de usar dinheiro que seria investido em outras ações para pintar o muro”, lamenta o gestor da Fundação Cecosne, Belarmino Barros.

Ao JC, Ernesto de Carvalho, integrante do Movimento Ocupe Estelita, disse que o grupo não estava bloqueando a circulação na rua.

“Reunimos milhares de pessoas para protestar contra um prefeito autoritário e o projeto de um condomínio de luxo que não é bom para a cidade”, afirmou o rapaz. O projeto está em discussão há seis anos, quatro na gestão do PT com João da Costa e dois no de Geraldo Julio. O PT aprovou o projeto com João da Costa, em seu último dia de gestão.

Assunto: Oficiais de Justiça e PM já estão negociando saída pacífica de manifestantes da porta da casa do prefeito

Veículo: Blog de Jamildo

Data: 11/05/2015

Editoria:

Seção:



desocupando

Oficiais de Justiça e PM já estão negociando saída pacífica de manifestantes da porta da casa do prefeito



A rua da casa do prefeito Geraldo Júlio, na Torre, foi fechada. Há cinco viaturas da PM. Os oficiais de Justiça estão neste momento notificando os ‘manifestantes’ da decisão judicial que determinou a desocupação do local.

A sentença foi assinada pelo juiz Djalma Andreino Nogueira Júnior.

Assunto: Justiça do Estado determina fim do acampamento na porta da casa do prefeito do Recife	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



desocupando

Justiça do Estado determina fim do acampamento na porta da casa do prefeito do Recife



A pedido da Prefeitura da Cidade do Recife, a Justiça do Estado determinou, na noite desta sexta-feira, que os manifestantes do chamado ocupe estelita deixem a porta da casa do prefeito Geraldo Júlio. A sentença foi assinada pelo juiz Djalma Andreolino Nogueira Júnior.

A pedido do prefeito, a decisão judicial não foi cumprida nesta noite de sexta-feira, de modo que pudesse ocorrer à luz do dia, com a presença da Ordem dos Advogados do Brasil, MPPE e a imprensa.

Os oficiais estão indo ao endereço na Torre neste exato momento e a PCR apelou que os manifestantes deixem o local de forma pacífica.

O secretário de Assuntos Jurídicos da PCR, Ricardo Correia, afirmou que os manifestantes estavam prejudicando o direito de ir e vir das pessoas no local.

O prefeito Geraldo Júlio está trabalhando no edifício sede da Prefeitura do Recife, no Cais do Apolo, nesta manhã de sábado.

Mais informações em instantes.

Nesta sexta-feira, o condomínio do Edifício Laura Caúla, na Torre, onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, e que teve o jardim externo ocupado pelo movimento Ocupe Estelita, quinta-feira à noite, já havia pedido aos integrantes do grupo a desocupação da área. Hildete Tenório, síndica do prédio, conversou com representantes do movimento, ontem à tarde, e entregou o documento elaborado pelos condôminos.

Os moradores também prestaram queixa na Delegacia do Cordeiro contra a depredação do patrimônio.

De acordo com a síndica, integrantes do Ocupe Estelita picharam o muro, quebraram câmera e refletor, além de destruir a grama.

“Tudo o que foi destruído é recuperável. Porém, eles estão acampados numa propriedade privada, esse jardim é nosso”, afirma Hildete Tenório. “O senhor Geraldo Julio é prefeito, mas aqui ele é apenas um dos condôminos do prédio. O lugar da manifestação é a sede da prefeitura”, declarou.

O grupo protesta contra a aprovação do Plano Urbanístico Específico para o Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga, na área central da cidade, que permite a implantação do projeto Novo Recife no Cais José Estelita. O projeto foi aprovado por maioria na Câmara Municipal do Recife.

A síndica explicou que, no Edifício Laura Caúla, há 74 apartamentos onde vivem crianças, jovens com problemas de saúde e idosos.

“O barulho está incomodando a todos. Uma clínica de fisioterapia instalada na rua ficou no prejuízo porque os pacientes não conseguiram chegar ao local.” Além dos condôminos, o proprietário de uma casa na mesma via (Neto Campelo), que teve o muro pichado e as câmeras de segurança danificadas, prestou queixa.

“Esse cidadão entregou imagens que provam o ato de vandalismo, gravadas às 6h de hoje (ontem). A filmagem mostra pessoas com o rosto coberto por camiseta”, disse o delegado do Cordeiro, João Gustavo Godoy.

“Vamos apurar, depredação do patrimônio é crime e quem fez, se for identificado, vai responder inquérito policial”, informa o delegado.

Pelo menos 22 imóveis, duas parada de ônibus, três postes e duas placas de propaganda amanheceram pichadas no trajeto percorrido pelo Ocupe Estelita anteontem, na Avenida

Agamenon Magalhães e nas Ruas Joaquim Nabuco, José Osório, Visconde de Albuquerque, Conde de Irajá e Neto Campelo>.

“A reivindicação deles é válida. Porém, a pichação só nos trouxe prejuízo. Somos uma instituição filantrópica, tratamos de crianças carentes da vizinhança (Madalena) e teremos de usar dinheiro que seria investido em outras ações para pintar o muro”, lamenta o gestor da Fundação Cecosne, Belarmino Barros.

Ao JC, Ernesto de Carvalho, integrante do Movimento Ocupe Estelita, disse que o grupo não está bloqueando a circulação na rua.

“Reunimos milhares de pessoas para protestar contra um prefeito autoritário e o projeto de um condomínio de luxo que não é bom para a cidade”, afirmou o rapaz. O projeto está em discussão há seis anos, quatro na gestão do PT com João da Costa e dois no de Geraldo Julio. O PT aprovou o projeto com João da Costa, em seu último dia de gestão.

Assunto: Ativista deixa rua do Geraldo e sai em passeata	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



Ativista deixa rua do Geraldo e sai em passeata



Portal G1

Os manifestantes do movimento Ocupe Estelita que estavam acampados na Rua Neto Campelo, onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, cumpriram a determinação judicial e desfizeram a ocupação, ao meio-dia deste sábado (09). O grupo seguiu em passeata por ruas dos bairros da Torre e da Madalena. De acordo com o movimento, 300 pessoas estavam na caminhada; a PM contabilizou 70 participantes. No percurso, alguns pedestres e motoristas demonstraram apoio ao movimento e outros não.

Depois de aproximadamente 40 minutos, ao chegar na pracinha do Mercado da Madalena, o ato foi encerrado. "Queremos fortalecer a vigia do cais. Vamos ficar juntos para salvaguardar o cais. O espaço não pode ser para poucos, tem que ser de todos", falou Chico Ludermir, integrante do Ocupe Estelita.

Uma liminar judicial expedida pelo juiz Djalma Andreino Nogueira Júnior determinou a desocupação, na noite de sexta (08). O grupo é contrário ao Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga, que autoriza a construção do Projeto Novo Recife.

Segundo os manifestantes, 150 pessoas estavam acampadas no local. Ao sair, os ativistas entregaram e leram uma carta para os moradores do prédio. "Os transtornos

causados são culpa exclusiva do prefeito. Se causamos transtornos para você é porque a cidade está transtornada. A saída da rua não é uma desmobilização, demos o nosso recado. O alerta é máximo, porque os armazéns podem ser demolidos a qualquer momento. O prefeito está foragido", diz trecho do documento.

O acampamento na rua onde fica o prédio em que mora o prefeito Geraldo Julio começou na noite de quinta-feira, após o segundo ato público realizado desde a aprovação do plano específico pela Câmara Municipal do Recife. Convocados por integrantes do movimento Ocupe Estelita e do grupo Direitos Urbanos, os atos públicos aconteceram na quinta -- uma caminhada da Praça do Derby até a Rua Neto Campelo -- e na terça-feira (05), quando os ativistas saíram em passeata do Parque Treze de Maio até o Shopping Riomar.

Assunto: Juiz manda e ativistas deixam rua do prefeito	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



Juiz manda e ativistas deixam rua do prefeito



Do G1 Pernambuco

O juiz Djalma Andreino Nogueira Júnior determinou a desocupação da Rua Neto Campelo, onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio, e que está servindo de acampamento para integrantes do movimento Ocupe Estelita desde a noite de quinta-feira (07). Os manifestantes deixaram o local pouco depois do meio-dia. Os ativistas são contrários ao Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga, que autoriza a construção do Projeto Novo Recife.

Segundo assessoria de imprensa da Prefeitura do Recife, o prefeito Geraldo Julio solicitou ao procurador-geral de Justiça de Pernambuco, Carlos Guerra, e ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no estado, Pedro Henrique Reynaldo Alves, que enviassem representantes para acompanhar os oficiais que entregaram a ordem judicial. O grupo chegou ao acampamento na manhã deste sábado (09), por volta das 10h, e ficou acertado que os manifestantes desocupariam o espaço até o meio-dia.

O engenheiro Fernando Bessa esteve na ocupação, nesta manhã, para demonstrar seu apoio. "Acompanho o movimento e apoio. Não sou vagabundo nem maconheiro. Estão querendo colocar esse rótulo no pessoal e vim aqui para ver", comentou.

Houve alguns momentos de tensão, quando moradores do prédio atiraram sachês de catchup nos manifestantes, ao que os ativistas revidaram gritando. Ao longo do desmonte do acampamento também houve mais gritos de ambas as partes e troca de insultos.



OAB, PM e MP acompanharam

O acampamento na rua onde fica o prédio em que mora o prefeito Geraldo Julio começou na noite de quinta-feira, após o segundo ato público realizado desde a aprovação do plano específico pela Câmara Municipal do Recife. Convocados por integrantes do movimento Ocupe Estelita e do grupo Direitos Urbanos, os atos públicos aconteceram na quinta -- uma caminhada da Praça do Derby até a Rua Neto Campelo -- e na terça-feira (05), quando os ativistas saíram em passeata do Parque Treze de Maio até o Shopping Riomar.

"O titular do direito é a Prefeitura do Recife, que impetrou uma ação e conseguiu uma ordem judicial liminar para desocupação do espaço público das calçadas e todos os entornos. Estamos aqui na qualidade de observador e também, se for necessário, para dialogar com o movimento", explicou Dalônio Carvalho, conselheiro estadual da OAB.

A Polícia Militar também foi ao local, com 15 viaturas e 50 policiais.

A avaliação dos ativistas é positiva. "A ocupação foi muito bem sucedida, esse é o terceiro dia e a população apoiou, trouxe mantimentos. O prefeito se recusa a aparecer para ter um diálogo com o movimento, com a sociedade. Ao invés de aparecer, ele manda a polícia. A gente vai sair, temos até meio-dia para sair, e estamos recolhendo o material", comentou Ernesto de Carvalho, integrante do Ocupe Estelita.

Teor da decisão

"Com efeito, a Rua Neto Campelo e demais ruas e calçadas de seu entorno, por serem espaços utilizados para a circulação e lazer das pessoas em geral, são consideradas juridicamente como bens públicos e, como tal, qualquer ocupação delas está sujeita a licença ou autorização por parte da Administração Pública", diz o juiz em sua decisão.

A decisão liminar foi concedida na noite de sexta-feira (08). "Antecipo os efeitos da tutela requerida na inicial para determinar a imediata desocupação da Rua Neto Campelo, seu entorno e passeios públicos, no bairro da Torre, nesta cidade do Recife, incluindo todas as calçadas e faixa de rolamento. Autorizo o cumprimento imediato desta decisão, independente do horário e dia, seja sábado, domingo ou feriado, quando apresentado o mandado do seu cumprimento", afirma o juiz Djalma Andreino Nogueira Júnior.



Entenda o caso

O projeto imobiliário Novo Recife, na área do Cais José Estelita, é alvo de polêmica desde que veio a público, em 2012. Ele prevê a construção de torres empresariais e residenciais. No mesmo ano, ativistas recifenses promoveram a primeira edição do Ocupe Estelita, inspirados pelo movimento "Occupy Wall Street". A ideia era realizar atividades culturais na área do Cais, para que a população conhecesse esse terreno tão estrategicamente localizado, mas abandonado há muito tempo. Desde então, o local foi palco de shows, aulas públicas e atividades de lazer, além de diversas manifestações e conflitos.

Cinco ações tramitam questionando o projeto imobiliário Novo Recife: uma ação civil pública do Ministério Público estadual, uma do Ministério Público federal e três ações populares. As ações populares pedem a nulidade do ato administrativo do então Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), que aprovou a proposta imobiliária, no fim de 2012.

O Novo Recife afirma que o projeto foi muito estudado, respeita os parâmetros legais do estado, do município, e cumpre a lei. Durante o processo de negociação iniciado no primeiro semestre de 2014, o grupo de construtoras disse estar de acordo em fazer um redesenho do projeto. Segundo eles, o desenho da obra imobiliária prevista para o Cais foi concebido a partir de informações coletadas desde 1970 e foi elaborado por três arquitetos.

Depois de uma tentativa de demolição dos armazéns existentes no terreno, em maio do mesmo ano, que teve seu alvará posteriormente suspenso pela Justiça, o debate sobre o tema voltou a se intensificar. No começo do segundo semestre do ano passado, a Prefeitura do Recife abriu um prazo para receber sugestões para as diretrizes que guiariam o redesenho do projeto imobiliário. As alterações foram apresentadas pelo consórcio construtor em novembro. De posse de toda essa documentação, a PCR elaborou o projeto de lei, após ser aprovado no Conselho da Cidade, agora aprovado pela Câmara Municipal.

Em março de 2015, a área operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas foi incluída na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro. A decisão foi do Iphan. O pátio ferroviário fica no terreno do Cais José Estelita, vizinho ao local previsto para o projeto Novo Recife. Também em março, os integrantes do Movimento Ocupe Estelita e Direitos Urbanos entregaram uma petição para tombamento do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas e do Cais José Estelita ao Iphan. O documento foi recebido pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, e será analisado.

Assunto: Juiz manda e ativistas deixam rua do prefeito	
Veículo: Blog da Folha	Data: 11/05/2015
Editoria:	Seção:



Do Portal [FolhaPE](#)

A Justiça determinou, na noite desta sexta-feira (08), o fim do acampamento do movimento Ocupe Estelita e do grupo Direitos Urbanos em frente ao prédio onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB), no bairro da Torre, na Zona Oeste, e os integrantes começaram a sair por volta das 10h30 deste sábado (09). Equipes do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estão no local para “garantir que a saída ocorra de maneira pacífica”. Os manifestantes foram notificados por oficiais da Justiça e se reuniram em assembleia para comunicar aos ocupantes sobre a ordem de retirada. Cerca de 10 viaturas do Grupo de Apoio Tático Itinerante (Gati) estão nas proximidades, mas não houve conflito.

Os integrantes do movimento devem sair do local até o meio-dia. O despacho é assinado pelo juiz de Direito Djalma Andreolino Nogueira Júnior, que estabeleceu multa diária e por pessoa de R\$ 2 mil a contar da data de intimação. “O diálogo com eles foi tranquilo e mostramos o mandado judicial. Eles, inclusive, disseram que vão limpar toda a localidade antes de saírem”, diz o oficial de Justiça que foi notificar os manifestantes, Leonardo Figueiredo. A ordem de retirada foi apresentada em coletiva de imprensa na própria PCR na manhã deste sábado.

Desde o começo da manhã deste sábado, algumas pessoas que passavam pelo local provocavam os manifestantes para instigar brigas. Após a comunicação da saída, os ativistas gritaram palavras de ordem contra o prefeito – que não apareceu para dialogar – e houve um princípio de confusão por volta das 10h30, por conta de novas provocações.